

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Raquel Ramos Cassol

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO COMPONENTE CURRICULAR
NOS ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RESTINGA
SÊCA, RS - QUARTA COLÔNIA**

Santa Maria, RS
2022

Raquel Ramos Cassol

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO COMPONENTE CURRICULAR NOS ANOS
INICIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RESTINGA SÊCA, RS - QUARTA
COLÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Rosa Borin

Santa Maria, RS
2022

Cassol, Raquel Ramos
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO COMPONENTE CURRICULAR NOS
ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RESTINGA SÊCA,
RS - QUARTA COLÔNIA / Raquel Ramos Cassol.- 2022.
95 p.; 30 cm

Orientadora: Marta Rosa Borin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2022

1. Educação Patrimonial 2. Componente Curricular 3.
Ensino Fundamental - Anos Iniciais 4. Geoparque Quarta
Colônia 5. Restinga Sêca I. Borin, Marta Rosa II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, RAQUEL RAMOS CASSOL, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Raquel Ramos Cassol

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO COMPONENTE CURRICULAR NOS ANOS
INICIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RESTINGA SÊCA, RS - QUARTA
COLÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

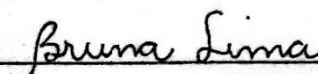
Aprovada em 10 de fevereiro de 2022:



Marta Rosa Borin, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)
(por videoconferência)



Maria Medianeira Padoin, Dr.^a (UFSM)
(por videoconferência)



Bruna Lima, Dr.^a (EMEF Rui Barbosa)
(por videoconferência)

Santa Maria, RS
2022

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que é minha força maior nos momentos difíceis. Aos meus filhos, que amo incondicionalmente, Ricardo e Shaiana, e aos meus pais, Fernando e Elsa (*in memoriam*), que infelizmente não estão mais entre nós para comemorar comigo esse momento importante da minha vida, entretanto, suas lembranças são fontes de inspiração que me permitem nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, grande mestre Prof^a. Dr^a. Marta Rosa Borin, pela confiança em mim depositada, pelas orientações, indicações e correções dispensadas com muita dedicação, respeito, compreensão, paciência e confiança. Atitudes que foram fundamentais não só para a construção deste longo texto, mas também para a maturidade de toda uma vida a seguir.

Sou muito grata também à Banca Examinadora desta dissertação, à Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin e a Prof^a. Dr^a. Bruna Lima, pelas relevantes considerações que nortearam a feitura final deste trabalho.

E também aos demais professores do Mestrado das disciplinas: *A memória, o Documento e a Morte; História e Pré-história da Quarta Colônia; Educação Patrimonial; Geoparques: identidade, território e desenvolvimento; A Memória, a Mídia e o Arquivo; Gestão da Comunicação em Espaços de Memória; Tópicos Especiais II; Identidade, Memória e Patrimônio* e também a disciplina de *Metodologia de Pesquisa*, que contribuíram muito com seus conhecimentos, sendo um elo de conexão entre a pesquisa, construção e conclusão do trabalho.

Por fim, e não menos importante, finalizo meu agradecimento aos veteranos colegas, que foram muito receptivos, empáticos, auxiliando a nova turma que chegava em cada dificuldade encontrada. Enfim, aos colegas da turma que tive o prazer de conhecer, conviver, trocar experiências, alguns seguirão comigo, “do Mestrado para a vida”, como amigos que o Curso me proporcionou.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.
Esses fazeres se encontram um no corpo do outro.
Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando.
Ensino porque busco, porque indaguei, porque
indago e me indago. Pesquiso para constatar,
constando, intervenho, intervindo educo e me educo.
Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e
comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire

RESUMO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO COMPONENTE CURRICULAR NOS ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RESTINGA SÊCA, RS - QUARTA COLÔNIA

AUTORA: Raquel Ramos Cassol
ORIENTADORA: Marta Rosa Borin

A Educação Patrimonial no processo educacional dos Anos iniciais do Ensino Fundamental é uma ferramenta propulsora de práticas preservacionistas do Patrimônio Cultural, sendo contemplado no Documento Orientador do Território de Restinga Sêca/RS (DOTRS/2019), como um Tema Contemporâneo. A partir da análise deste documento, nossa pesquisa propõe que este tema seja abarcado como um Componente Curricular da Área do Conhecimento das Ciências Humanas, na etapa do Ensino Fundamental aos Anos iniciais. Ofertar a Educação Patrimonial como um componente curricular nos anos iniciais nas escolas do município de Restinga Sêca visa promover visibilidade, reconhecimento e valorização dos bens culturais desde a tenra infância, bem como propiciar diferentes formas do estudante se relacionar com o mundo cultural, em nível local e regional. Restinga Sêca situa-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul, faz parte da Quarta Colônia de Imigração Italiana, a qual é formada por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins, que integram o Consórcio Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), cuja missão é conservar e preservar o Patrimônio Cultural da região. Este Consórcio, em convênio com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), é base do Projeto Geoparque Quarta Colônia, que motiva todas as formas de crescimento, de preservação, de contribuição para o desenvolvimento sustentável da região, com ênfase na preservação e propagação do patrimônio material e imaterial. Dessa forma, a escola, como articuladora de ações educativas, deve ser uma das instituições promotoras da educação patrimonial instrumentalizando os estudantes dos anos iniciais com conhecimento histórico-cultural para que estes, como agentes mirins, tornem-se multiplicadores de ações de preservação e valorização dos bens culturais, dando significado aquilo que foi construído de geração em geração. O produto dessa dissertação insere no currículo do Ensino Fundamental Anos iniciais a Educação Patrimonial como componente curricular, a fim de garantir ao professor trabalhar com este tema em aula e proporcionar aos estudantes do 1º ao 5º ano da rede municipal de ensino de Restinga Sêca, por meio de um componente curricular específico de trabalho, experiências e contato direto com as manifestações culturais das quais eles fazem parte.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Componente Curricular. Ensino Fundamental – Anos iniciais. Geoparque Quarta Colônia. Restinga Sêca.

ABSTRACT

HERITAGE EDUCATION AS A CURRICULUM COMPONENT IN THE EARLY YEARS OF MUNICIPAL SCHOOLS IN RESTINGA SÊCA, RS - QUARTA COLÔNIA

AUTHOR: Raquel Ramos Cassol

MENTOR: Marta Rosa Borin

Heritage Education in the educational process of the Lower Elementary School is a driving tool for preservationist practices of the Cultural Heritage, being contemplated in the *Documento Orientador do Território de Restinga Sêca/RS* (DOTRS/2019), as a Contemporary Theme. Based on the analysis of this document, our research proposes that this theme should be included as a Curricular Component of the Knowledge Area of Human Sciences, in the stage of Elementary School in the Early Years. Offering Heritage Education as a curricular component in the early years in the schools of the municipality of *Restinga Sêca* aims to promote visibility, recognition and appreciation of cultural assets since early childhood, as well as to provide different ways for the student to relate to the cultural world at a local and regional level. *Restinga Sêca* is located in the center of the state of *Rio Grande do Sul*, and it is part of the Fourth Colony of Italian Immigration, which is formed by nine municipalities: *Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine* and *Silveira Martins*, which integrate the *Consórcio Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS)*, whose mission is to conserve and preserve the Cultural Heritage of the region. This Consortium, in agreement with *Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*, is the basis of the Fourth Colony Geopark Project, which motivates all forms of growth, preservation, contribution to sustainable development of the region, with emphasis on preservation and dissemination of the material and immaterial heritage. Thus, the school, as an articulator of educational actions, should be one of the institutions promoting heritage education by providing students in the early years with historical and cultural knowledge so that they, as junior agents, become multipliers of preservation actions and appreciation of cultural assets, giving meaning to what was built from generation to generation. The product of this dissertation inserts Heritage Education as a curricular component in the curriculum of the Elementary School - Beginning Years, in order to guarantee that the teacher can work with this theme in class and provide the students from the 1st to the 5th grade of the *Restinga Sêca* municipal school system, through a specific curricular component of work, experiences and direct contact with the cultural manifestations of which they are part.

Keywords: Heritage Education. Curricular component. Elementary School - Early Years. Fourth Colony Geopark. Restinga Sêca.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Caixa d'água que deu origem ao primitivo nome do atual Município de Restinga Sêca.....	17
FIGURA 2 - Mapa das localidades do Município de Restinga Sêca.....	19
FIGURA 3 - Estação Férrea de Restinga Sêca 1940.....	20
FIGURA 4 - Domingos Gonsalves Mostardeiro e Antonia Becker Mostardeiro (esposa).....	21
FIGURA 5 - Escola Sete de Setembro, criada em 1912, primeira escola municipal de Restinga Sêca.....	22
FIGURA 6 - Paróquia Evangélica de São Miguel, construída em 1925.....	22
FIGURA 7 - Prédio Dr. Miguel de Patta.....	23
FIGURA 8 - Inauguração do prédio da Estação Férrea de Restinga Sêca, em 1926.....	24
FIGURA 9 - Prédio da Estação Férrea revitalizado em 2020.....	24
FIGURA 10 - Localização de Restinga Sêca no Rio Grande do Sul.....	25
FIGURA 11 - Mapa da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul.....	25
FIGURA 12 - Escola Municipal de Educação Infantil Bela Vista.....	29
FIGURA 13 - Escola Municipal de Educação Infantil Gente Inocente.....	29
FIGURA 14 - Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Edwaldo Bernardo Hoffmann....	30
FIGURA 15 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Dezidério Fuzer.....	30
FIGURA 16 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Adelino Roso.....	31
FIGURA 17 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Giuliani.....	32
FIGURA 18 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonor Pires de Macedo.....	32
FIGURA 19 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho.....	33
FIGURA 20 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro.....	33
FIGURA 21 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Três de Outubro.....	34
FIGURA 22 - Documentos Elaborados para Consolidação do Produto.....	74
FIGURA 23 - Reunião da Equipe da Secretaria Municipal de Educação de Restinga Sêca para apresentação do produto que propõe alterações curriculares nos anos iniciais.....	75
FIGURA 24 - Reunião de Colegiado do Conselho Municipal de Educação quando da aprovação do Documento que institui Educação Patrimonial como Componente Curricular no Ensino Fundamental - anos iniciais de Restinga Sêca.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIE-E	Centro de Integração Empresa-Escola
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONDESUS	Consórcio Regional de Desenvolvimento Sustentável
DOTRS	Documento Orientador do Território de Restinga Sêca
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
RCG	Referencial Curricular Gaúcho
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	RESTINGA SÊCA/RS: A HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL.....	17
3	A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL EM RESTINGA SÊCA/RS.....	28
4	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLAR E ANOS INICIAIS, SEGUNDO A BNCC.....	37
4.1	PRÁTICAS EDUCATIVAS E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DE UM COMPONENTE CURRICULAR PARA OS ESTUDANTES.....	44
5	PATRIMÔNIO CULTURAL E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS.....	50
6	PRODUTO: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO COMPONENTE CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS.....	58
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	80
	APÊNDICE A - SUGESTÃO PARA AS ESCOLAS - CADERNO DIDÁTICO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA/RS.....	84
	ANEXO A – RESOLUÇÃO CME N° 02/2021.....	89

1 INTRODUÇÃO

A presente Dissertação visa contemplar um componente curricular na Área das Ciências Humanas no Ensino Fundamental - Anos iniciais na rede municipal de ensino de Restinga Sêca/RS a partir da Educação Patrimonial.

A proposta do produto é fruto do embasamento teórico-metodológico adquirido no curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Linha de pesquisa História e Patrimônio Cultural. Tendo em vista o Projeto Geoparque Quarta Colônia, foi ofertado no mestrado Vagas Extras aos professores ou profissionais daquela região que estivessem desenvolvendo projetos com temas afins. Assim, devido nossa experiência profissional obtida na rede municipal de ensino do referido município, onde integro a coordenação dos trabalhos pedagógicos oferecido nas escolas, como: Proposta Político Pedagógica, Regimento Escolar, Documento Orientador do Território, Matriz Curricular, Planos de Estudos e Repactuação das Aprendizagens; busquei com esta pesquisa contribuir para minha área de atuação profissional.

O município de Restinga Sêca/RS está situado na Região Centro do Estado do RS e integra a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, região que ocupa um espaço geográfico delimitado, marcada por uma cultura enraizada em fortes sentimentos identitários, relacionada ao passado histórico dos imigrantes. O território é formado por nove pequenos municípios: São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Ivorá, Dona Francisca, Pinhal Grande, Nova Palma, Agudo e Silveira Martins, os quais integram o Consórcio Regional do Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), que tem a missão de conservar e preservar o Patrimônio Cultural do território. Este consórcio foi criado em 1995 para expandir caminhos através de projetos intermunicipais, que incentivando a captação de recursos e a realização de ações de interesse regional, justificados nos princípios da sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da Quarta Colônia (ITAQUI, 2002).

Projetos como este contribuíram para que o patrimônio e a memória perdurassem na Quarta Colônia e, para manter esta iniciativa e valorizar o patrimônio cultural, é preciso implantar metodologias inovadoras capazes de fazer nascer nos indivíduos o interesse pelo conhecimento do seu passado histórico, das tradições, dos saberes e fazeres legados pelos imigrantes.

O produto dessa dissertação insere no currículo do Ensino Fundamental - Anos iniciais a Educação Patrimonial como componente curricular, a fim de garantir ao professor trabalhar

com este tema em aula e proporcionar aos estudantes do 1º ao 5º ano da rede municipal de ensino de Restinga Sêca um componente curricular específico de trabalho, experiências e contato direto com as manifestações culturais das quais eles fazem parte.

A Educação Patrimonial como um componente curricular, traz esse grande desafio para as escolas ao incorporar os valores da diversidade cultural na prática pedagógica, refletindo e observando as semelhanças e diferenças quanto aos patrimônios existentes no Brasil e o respeito às suas especificidades regionais e locais.

Outra justificativa importantíssima sobre a contemplação do produto é que o Projeto Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, candidato a Geoparque Mundial da UNESCO, iniciativa da UFSM, possui uma parceria com o CONDESUS. Essas entidades articulam a promoção de um desenvolvimento endógeno regional, por meio de intervenções que fomentam um turismo sustentável, incentivando a geração de renda a partir da conservação do Patrimônio Natural e Cultural.

O Geoparque possui áreas protegidas, pontos de interesse geológico e de importância científica. Tendo uma administração partilhada, motiva todas as formas de crescimento, de preservação, de contribuição para o desenvolvimento sustentável da região, com ênfase para o turismo, especificamente no geoturismo, que vem em conformidade com a proteção do meio ambiente, favorecendo a comunidade local, expressando contextos educativos/pedagógicos, promovendo a educação e a pesquisa, a geração de emprego e renda, além da preservação e propagação do patrimônio material e imaterial.

O entendimento endógeno do desenvolvimento reconhece o local, as suas peculiaridades identitárias e os recursos materiais e imateriais como componentes a serem ativados na geração de renda aos atores sociais. Estes dão sentido as suas vidas e, por isso, o que acontece todo dia e os seus significados proporcionam dinâmicas complexas para o desenvolvimento a partir de mediações e reconfiguração de seus interesses (PLOEG, 1995).

Os dados elencados acima justificam a importância da proposta de oportunizar a inclusão da Educação Patrimonial como componente curricular nas escolas, contemplando assim, o reconhecimento, valorização, preservação e promoção do Patrimônio Cultural do município e sua região. Essa inclusão, nas práticas educativas do ensino desde os Anos iniciais, dentre outras questões, visa auxiliar na construção da identidade dos sujeitos e dos espaços em que estão inseridos, dos bens (materiais e imateriais) pertencentes ao patrimônio das comunidades.

Assim, a proposta do produto foi apresentada e aprovada pela Secretaria Municipal de Educação e pelo colegiado do Conselho Municipal de Educação que, diante da Resolução

CME 02/2021, transferiu a Educação Patrimonial de tema contemporâneo, forma como ela estava contemplada no Documento Orientador¹, para Componente Curricular da Área do Conhecimento das Ciências Humanas, dividindo as horas semanais com o Componente Curricular de História, na etapa do Ensino Fundamental - Anos iniciais na rede municipal de ensino, passando a ser ofertada aos estudantes por meio de progressão espiral, conforme a Base² sugere. Esta é uma estratégia pedagógica que propõe que o objeto de conhecimento seja revisitado pelo estudante ao longo de sua vida escolar, trabalhando com diferentes níveis de complexidade e, conseqüentemente, estimulando o aprofundamento do conhecimento a cada ano.

A inspiração para tal proposta partiu das reflexões proporcionadas por meio da bibliografia e de nossa experiência profissional, enquanto professora da rede municipal Ensino de Restinga Sêca - Anos iniciais; e também pela participação em projeto³ no período de atividades não presenciais, em virtude da COVID-19, a qual proporcionou um trabalho de descrição do momento vivido, por meio de um diário elaborado pelos alunos. Referente aos textos, foram leituras voltadas à valorização do Patrimônio Cultural, evidenciando assim a importância do produto, a consolidação do Componente Curricular Educação Patrimonial no “chão” da sala de aula, uma hora por semana. A felicidade pela conquista deixa a sensação de dever cumprido.

Com esta iniciativa se pretende prover uma possibilidade valiosa para as escolas se voltarem a esse reconhecimento e valorização do patrimônio cultural local e regional, incentivando, assim, o desenvolvimento turístico e cultural da região que possui belezas naturais, balneários, cascatas, rios, patrimônio material e imaterial, com diversidades nas formas de ser e de fazer de suas comunidades. A escola não é apenas um espaço físico, é um espaço social, cuja ação deve ser ampliada para além dos seus muros e trabalhar as questões relativas à diversidade cultural; é reconhecer a cultura como elemento indispensável à vida humana. Sendo assim, a proposta da Educação Patrimonial na escola significa envolver a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais e das pessoas que formam o Patrimônio Cultural, sujeitos da história.

A oferta implica na necessidade de formação continuada aos professores dos Anos iniciais que venha contribuir com suas práticas pedagógicas, com o objetivo de oferecer

¹ Documento Orientador do Território de Restinga Sêca/RS – DOTRS/2019, p 28.

² Base Nacional Comum Curricular – BNCC/2017.

³ PROJETO INSTITUCIONAL GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA (Registro 053416) - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM TEMPO DE PANDEMIA – Atividades junto as escolas dos municípios vinculados ao projeto institucional (Registro 054242).

subsídios de como trabalhar assuntos e metodologias referentes à temática proposta e como integrá-los com os conteúdos da matriz curricular do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino.

Pensando no ciclo de alfabetização, que ainda não decodifica os códigos da escrita, o trabalho traz como sugestão um material didático, contendo leituras de imagens sobre a história de origem do nome do município. Com este aporte metodológico visa-se despertar o interesse na criança sobre a história de Restinga Sêca/RS, por ser ilustrado, a fim de despertar nelas a curiosidade pelo conhecimento cultural. A sugestão partiu da experiência⁴ em projetos anteriores, que serviu de inspiração para a elaboração deste material pedagógico, que leva o discente a fazer uma viagem histórica no tempo.

Fotografar em passeios, ilustrar a história do município, conhecer pessoas que fazem parte dessas histórias, visitar lugares turísticos da cidade, da região, conhecer os saberes e fazeres que os locais ofertam são interessantes atividades para iniciação da Educação Patrimonial com os estudantes. Assim como oportunizar momentos com os pais na escola para contos de vivências e brincadeiras da sua infância e da sua comunidade, isso aumenta o repertório de brincadeiras das crianças e contempla uma aprendizagem de respeito às formas de vida de outros grupos culturais diferentes do seu.

Então, diante do exposto, pretende-se que a escola, como principal elemento articulador de ações educativas, promova a valorização da história e da memória do município de Restinga Sêca/RS e da sua região para um público de estudantes, com vistas a instrumentalizá-los como agentes multiplicadores de conteúdos e práticas dirigidas à preservação do Patrimônio Cultural construído de geração em geração.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo é abordada a história local, a partir do Patrimônio histórico-cultural, contemplando um breve histórico do município de Restinga Sêca/RS. Esse capítulo discorre também sobre a Quarta Colônia, região a qual o município faz parte.

O segundo capítulo traz a realidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no município, destacando as escolas, suas localidades, números de alunos existentes na rede municipal de ensino de Restinga Sêca/RS.

O terceiro capítulo delimitou-se na abordagem da Educação Patrimonial no currículo da Educação infantil pré-escolar e anos iniciais, segundo a Base Nacional Comum Curricular

⁴ RAMOS, Raquel.; LIMA, Bruna; CHAVES, Thais. Restinga Sêca. In: PADOIN, Maria Medianeira.; OLIVEIRA, Aline; ALVES, Barbarah; BARBOSA, Igor. **Patrimônio histórico-cultural Geoparque da Quarta Colônia**: memória, educação e preservação. Santa Maria: UFSM/PRE, 2021. *E-Book*.

(BNCC). Esse capítulo traz a reorganização ocorrida nos currículos, embasadas na Base Nacional Comum Curricular, por meio da construção do Documento Orientador do Território, descrevendo a forma como o município passou a contemplar a Educação Patrimonial.

A subdivisão do capítulo descreve sobre as práticas educativas e a valorização do Patrimônio Cultural a partir de um componente curricular para os estudantes. Aqui é abordado o que e como a proposta pode ser tratada em sala de aula, contemplando o conhecimento, a valorização e preservação do Patrimônio Cultural local e regional.

O quarto capítulo trata do Patrimônio Cultural e territórios educativos, sobre a escola e o espaço da cidade. Evidência como contribuir para a preservação do patrimônio por meio de ações educativas que integram o cotidiano da cidade, proporcionando assim, a compreensão do sentido de prevenção e de proteção ao Patrimônio Cultural.

No quinto capítulo apresentamos o Produto: a Educação patrimonial como componente curricular no ensino fundamental – anos iniciais. Esse capítulo descreve o passo a passo do processo para a consolidação da Educação Patrimonial como uma componente curricular que será ofertado aos anos iniciais, a partir do ano de 2022, no município de Restinga Sêca/RS.

Finalmente, foram apresentadas as considerações finais, onde se abordou, de uma maneira sintetizada, a importância do produto para o município Restinga Sêca/RS, destacando também, que a Educação Patrimonial como componente curricular deveria ser uma proposta aos demais municípios que integram a Quarta Colônia, colocando-se à disposição para essa implantação.

2 RESTINGA SÊCA/RS: A HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

O município de Restinga Sêca/RS, segundo Oliveira (1983), originou-se a partir da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana em 1885, e da instalação de uma caixa d'água na margem direita da Restinga, na altura do Km 212, que servia para o abastecimento de locomotivas Maria-Fumaça entre as estações de Estiva e Arroio do Só. Por essa razão recebeu seu primeiro nome de Caixa d'água, que depois foi substituído por Restinga Sêca.

As locomotivas não possuíam capacidade suficiente de abastecimento para o trajeto entre a estação férrea de Arroio do Só e Estiva, assim, devido a longa distância entre as estações, a Caixa d'água reabastecia as máquinas (BORBA; SANGOI, 1998).

Figura 1 - Caixa d'água que deu origem ao primitivo nome do atual Município de Restinga Sêca.



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

Cabe salientar que, ao lado da Caixa d'água, em 18 de novembro de 1914, nascera um filho ilustre de Restinga Sêca, Iberê Camargo, um dos grandes nomes da arte brasileira do século XX. Iberê é autor de uma obra extensa que inclui pinturas, desenhos, guaches e gravuras e crônicas/contos.

Segundo Oliveira (1983), a denominação de Restinga Sêca foi inicialmente atribuída pela faixa de terras localizada entre os rios Vacacaí Grande e Vacacaí Mirim que formavam planícies pantanosas, com exceção de pequena porção onde, mais tarde, foi instalada a sede, que estava situada no declive da pequena colina. Assim, Restinga significa orla de bosque ou mato em baixadas, à margem do arroio ou sangas e Sêca origina de uma sanga denominada Passo da Porteira, que em época do ano, ficava com pouca água e cortava o curso devido à

sua situação geográfica.

De acordo com Barcelos Filho e Francheschi (1977), em artigo publicado na Revista Maioridade de Restinga Sêca, a maioria dos colonizadores das regiões vizinhas - Santo Ângelo, hoje Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno entre outras - chegavam à região por via fluvial, bem provável, que, ao chegar, tivessem a impressão da localidade se tratar de uma restinga, uma vez que o município é quase inteiramente contornado por água.

O nome de Restinga Sêca apareceu pela primeira vez em documentos judiciais no ano de 1871. Segundo Borba e Sangoi (1998), nesse período nada existia que explicasse oficialmente a origem do nome, embora a teoria apresentada seja a mais aceita.

O município de Restinga Sêca está localizado no Vale do Jacuí e foi habitado por indígenas. Ainda hoje, são encontrados vestígios de objetos feitos por eles, como por exemplo: pedaços de “urnas funerárias”, instrumento feito de barro que servia para enterrar seus mortos, tais pedaços de objetos foram achados pelos colonos nas localidades de Espigão, Bom Retiro e Jacuí.

Portanto, essa região, como todo o Rio Grande do Sul, era habitada pelos indígenas desde antes da chegada dos portugueses, no século XVI, e para a exploração da colônia portuguesa foram trazidos os africanos como escravos, o que resultou, posteriormente, na população afrodescendente. Somente no século XIX chegaram à região os alemães e italianos.

Os negros descendentes de escravos, de posse da sua Carta de Alforria, foram adquirindo frações de terras, formando famílias, resultando numa importante comunidade, quase que essencialmente afrodescendentes, os quais passaram a se dedicar à agricultura, contribuindo com a economia agrícola do município.

Assim como Restinga Sêca, a maioria dos municípios sul-rio-grandenses se originaram de doação de sesmarias. Quanto a isso, referindo-se ao ano de 1817, Oliveira coloca que:

Os primeiros proprietários de terras na área do atual município, em 1817, eram: Manoel dos Santos Pedroso, Jerônimo Dornellas de Souza, Antônio Gonçalves Borges, Miguel Martins Pinto e Antonio Rodrigues. Miguel Martins Pinto e seu filho Justino. (OLIVEIRA, 1983, p. 39).

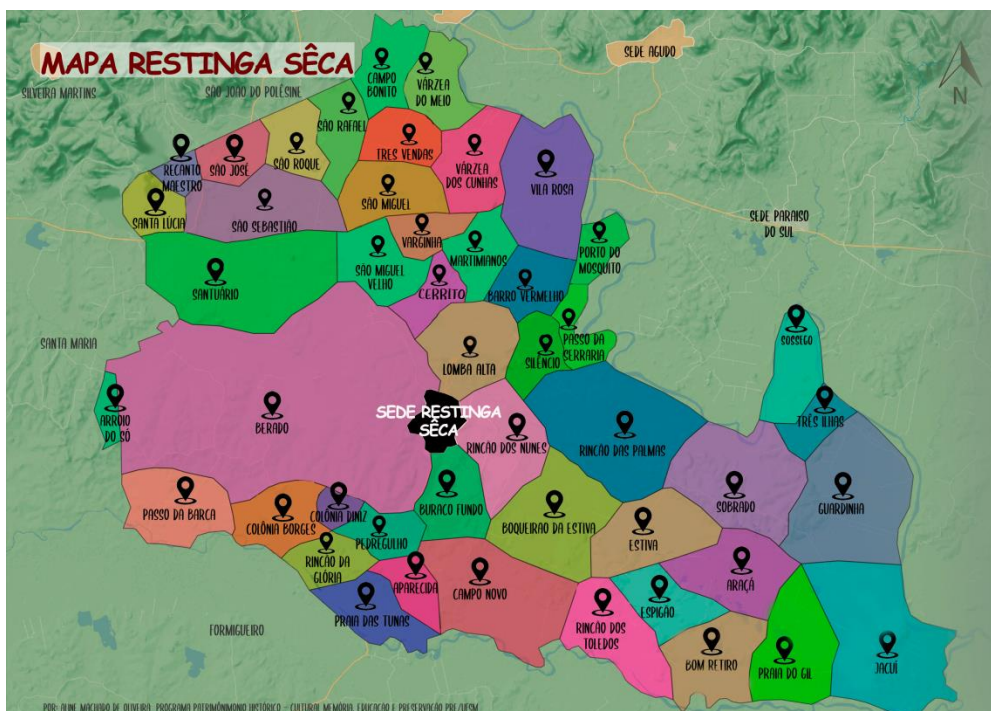
O primeiro centro populacional foi em São Miguel Velho. Segundo Oliveira (1983), Miguel Martins Pinto e seu filho Justino estabeleceram-se no Rincão da Entrada. Eram proprietários de uma grande extensão de terras cuja sede recebeu o nome de São Miguel. Então, muitos trabalhadores se assentaram nesse local, formando ali, um pequeno povoado. Na época, o progresso da região se dava, sobretudo, no setor comercial, devido a

comercialização de variadas mercadorias e, também, por meio da chegada dos colonos imigrantes que aumentaram a produção agrícola.

Após a ocupação de algumas terras do município, por força da concessão de sesmarias, foi a vez da chegada, às terras restinguenses, dos primeiros imigrantes alemães, a partir de 1857, oriundos da região de Colônia de Santo Ângelo, formando a primeira colônia alemã na região. A primeira leva de imigrantes, todos pomeranos, haviam embarcado em Hamburgo, transposto o Oceano Atlântico a bordo do vapor Irene, com desembarque em Rio Grande e de lá, até Porto Alegre, onde tomaram o vapor fluvial D. Pedro, que os conduziu até Cerro Chato, à margem esquerda do Rio Jacuí. Desta imigração, muitas famílias como Rohde, Richter, entre outras vieram para São Miguel, onde se dedicaram a agricultura. Além de São Miguel, outras regiões do município foram colonizadas por imigrantes alemães, tais como Vila Rosa, Várzea do Meio e Lomba Alta (BORBA; SANGOI, 1998).

Os imigrantes italianos, oriundos da Quarta Colônia, se estabeleceram em regiões, que hoje são conhecidas como Santa Lúcia, São Rafael, São José, Colônia Borges, Três Vendas, São Miguel Novo, São Roque, Santuário e São Sebastião (BORBA; SANGOI, 1998).

Figura 2 – Mapa das Localidades do Município de Restinga Sêca



Fonte: Acervo pessoal de Aline Machado de Oliveira (2021).

Segundo Oliveira (1983), devido a circulação das mercadorias e da necessidade de

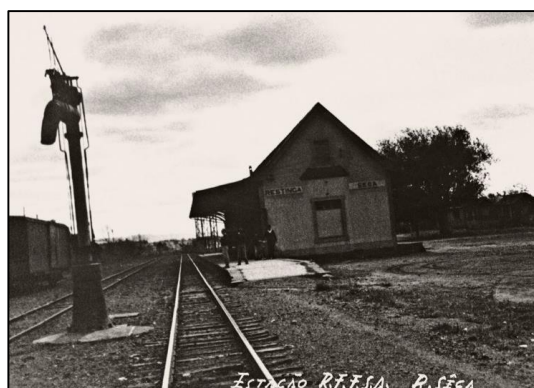
transporte dos habitantes da localidade para outros lugares, surgiu a necessidade de uma estação de trem, pois as mercadorias que chegavam a Restinga Sêca e localidades próximas eram conduzidas até as estações mais próximas: Estiva, Jacuí ou Arroio do Só. Isto encarecia o comércio e atrasava a chegada dos produtos, pois tinham que ser buscados por seus proprietários, que utilizavam como meios de locomoção os cavalos, burros ou carroças, existentes na época.

Conforme Oliveira (1983), em junho de 1898, Domingos Gonsalves Mostardeiro, chefiando uma comissão de lideranças locais, dirigiu-se a Santa Maria para administrar, junto à direção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a construção de uma estação de trem junto à Caixa d'água. A comissão foi atendida e a Estação de Restinga Sêca foi construída no local, sendo seu primeiro agente Antonio da Cunha, genro de Miguel Martins Pinto.

De acordo com a Revista Maioridade de Restinga Sêca (1977), no artigo sobre a origem do nome do município, o autor refere-se que Domingos Mostardeiro escreve à sua esposa Antonia Becker Mostardeiro manifestando seu interesse em mobilizar outros companheiros para a construção da estação férrea em Restinga Sêca, pois até então o trem parava somente para abastecimento na Caixa d'água:

Porto Alegre, 2 de junho de 1898. Antoninha, não posso mais suportar essa cidade, penso que no domingo seguirei daqui e irei até Arroio do Só ver a Machina de tijolos que Pedro Barcelos pede 700\$000, assim é preciso tentiar o Schiefelbein, é provável que eu volte para Restinga na terça e terei tempo de ajustar contas com Justino Martins e mesmo preciso de estar ahi a fim de cuidar de embalsamar madeiras. O escritório da estrada já está em Santa Maria e eu pretendo ir até lá junto com mais alguns companheiros afim de pedirmos para ser aberta a estação na Restinga. Pelo Justino Barcelos mandei dois retratos da Antonieta e João. O câmbio parece querer subir, é opinião de muitos; avisa o Drn Pelo portador desta remoto os bichos. Frtz chegou hoje de sta. Cruz. Amanhã remeto para Arroio do Só o arame, moinho, etc. teu Domingos. (BARCELOS FILHO; FRANCHESCHI, 1977).

Figura 3- Estação Férrea de Restinga Sêca, 1940



Fonte: Acervo Documental Fundação Iberê Camargo, disponibilizado no Google Arts & Culture.

O casal Domingos Gonsalves Mostardeiro, em 29 de junho de 1899, fixou residência na localidade da Caixa d'Água, que já começava a ser conhecida como Restinga Sêca, estabelecendo ali, uma hospedaria (OLIVEIRA, 1983).

Figura 4 - Domingos Gonsalves Mostardeiro e Antonia Becker Mostardeiro (esposa)



Fonte: Acervo particular de Petronio Mostardeiro.

Os primeiros moradores de Restinga Sêca foram os responsáveis pelo progresso do município. Este era formado por um grupo de cidadãos, destacando-se Alexandre Cardoso Paiva, Antonio Gonçalves Borges, Domingos Gonsalves Mostardeiro, Francisco Borges Medeiros, Horácio Gonçalves Borges, Henrique Herzer, Ernesto Friedrich, João Ferreira dos Passos, Francisco Antônio de Mello, José Pedro Celestino Alves, Cândido Batista Dorneles, João Marques Ribeiro, João Martins Pinto, Gabriel Joaquim dos Santos, entre outros (BORBA; SANGOI, 1998).

Com a ocupação humana se expandindo também em pontos mais afastados, começou a configuração da nova unidade territorial. Iniciou-se assim, a se delinear a economia, surgindo a produção primária de forma rudimentar com base em atividades agrárias. Na sede do povoado, a indústria e o comércio foram surgindo à medida que os habitantes foram sentindo a necessidade de dispor destes serviços: é a base da economia do atual município que começa a se desenvolver (BORBA; SANGOI, 1998).

A partir de então, Restinga Sêca foi se desenvolvendo, contava com um povo trabalhador, possuía terras férteis, a Estação Férrea era importantíssima para a economia, num momento em que os meios de transportes em rodovias eram escassos e o maior meio de deslocamento eram os trens, tornando-se assim um distrito muito importante do município de Cachoeira do Sul. São Miguel Velho, então, não abrigava mais a sede do Distrito, porém,

continuava a se desenvolver.

Com o crescimento do local, as necessidades começaram a surgir, iniciando-se a mobilização das pessoas. Por esse motivo, criou-se então, em 1912, a primeira escola pública - Escola Sete de Setembro, e em 1925, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, no distrito São Miguel. De acordo com Borba e Sangoi (1998), antes de 1938, era realizada missa ou ato religioso de tempos em tempos, quando se deslocava de Cachoeira do Sul um padre para a referida atividade.

Figura 5 - Escola Sete de Setembro, criada em 1912, primeira Escola Municipal de Restinga Sêca



Fonte: Acervo de Gisele Rodrigues.

Figura 6 - Paróquia Evangélica de São Miguel, construída em 1925



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

Para zelar pela saúde dos moradores da nova comunidade restinguense, a convite de várias pessoas e, em particular, dos colonos italianos, em 1926 o Dr. Miguel de Patta veio, com sua família, instalar-se em Restinga Sêca/RS, onde foi acolhido com grande receptividade (OLIVEIRA, 1983).

Logo, ele construiu um hospital para atender aos doentes. O sobrado servia, além de hospital no térreo, de moradia para sua família no andar superior.

Figura 7 - Prédio Dr. Miguel de Patta



Fonte: Fotografia da página da Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, 2018. Disponível em: <https://tribunaderestinga.com.br/noticias/detalhes/1084/predio-miguel-patta-sera-reformado-em-2019>. Acesso em: 16 ago. 2021.

Em 1941 foi criado o Hospital de Caridade São Francisco, que continuou a funcionar nas instalações da casa do Dr. Miguel de Patta, pois este transferira sua residência para Santa Catarina. Em 23 de maio de 1954, o hospital São Francisco foi para seu novo prédio, tendo como médico responsável o Dr. Cecil Marques Agne (OLIVEIRA, 1983).

Também em 1926 ocorreu um fato importante para a história do município, a Estação Férrea foi reconstruída com material de alvenaria.

A Estação Ferroviária faz parte da história do município, em seu entorno concentrou-se os primeiros moradores e os primeiros empreendimentos comerciais, perto do embarque e desembarque de passageiros. Em 2019, a Estação Ferroviária teve obras de revitalização da fachada e do seu interior, passando a oferecer seu espaço para o atendimento da Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura, Desporto e Lazer e da Biblioteca Municipal.

De acordo com Oliveira (1983), em julho de 1892, sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus da Arquidiocese de Santa Maria, Restinga Sêca passou a constituir o 4º Distrito de Cachoeira do Sul. Pelo ato nº 24, de 13 de janeiro de 1893, assinado pelo

Intendente de Cachoeira, Davi Soares Barcellos, foi nomeado para o 1º Subintendente e Subdelegado do 4º Distrito o Major Eliziário Baptista Dornelles. Em 1895, assinado pelo Intendente de Cachoeira, Davi Soares Barcellos, foi nomeado para 2º Subintendente de Restinga Sêca o Sr. Antonio Lamberto, que se manteve no cargo até o final da administração de Davi Soares Barcellos. São Miguel, que já apresentava mais recursos, foi escolhida a sede do Distrito.

Figura 8 - Inauguração do prédio da Estação Férrea de Restinga Sêca, em 1926.



Fonte: Jornal Integração Regional de Restinga Sêca, 2009. Cessão Flávio Cavalcanti, [1926]. Disponível em: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/o-municipio/a-estacao-ferroviaria>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Figura 9 - Prédio da Estação Férrea revitalizado em 2020



Fonte: Acervo pessoal Raquel Ramos (agosto/2020).

Em 1930 encerrou-se o período histórico conhecido como República Velha. Segundo Oliveira (1983), a partir de então, diante do Decreto nº 1, de 18 de dezembro de 1930, extinguem-se as Subintendências e criam-se as Subprefeituras e os cargos de Subprefeitos nos Distritos. Por Portaria assinada pelo primeiro prefeito de Cachoeira do Sul, Dr. Leopoldo de

Souza, foi nomeado para Subprefeito de Restinga Sêca o Sr. Waldomiro Carvalho Bernardes, até setembro de 1932.

Em 1942, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul começou a atuar em Restinga Sêca, tendo como primeiro correspondente Paulo Mostardeiro. Nesse período a produção agrícola e pecuária rendiam, o Distrito possuía um comércio desenvolvido, uma produção agrícola e pastoril expressiva, tornando-se necessário um estabelecimento de crédito. Na época, Restinga Sêca já possuía serviços da Companhia Telefônica de Correios e Telégrafos, Cartórios de Registro e Notas, 14 escolas municipais, onde desempenhavam suas funções 17 professoras municipais. Havia também 2 escolas particulares (Lomba Alta e Colônia Borges) e dois grupos de escolas estaduais - uma da Sede e outra de Jacuí (OLIVEIRA, 1983).

Em todos os setores constatava-se um crescimento significativo e a ideia emancipatória começava a ser discutida. Diante disso, em 23 de março de 1958, numa memorável reunião no Clube Seco, foi discutida a ideia e escolhida a Comissão que deveria tratar do assunto junto aos poderes públicos. Para Presidente da Comissão foi eleito Eugenio Gentil Muller, para Vice-presidente foram escolhidos Heraclides Menezes de Oliveira, Paulo Gonsalves Mostardeiro e Gaspar José de Freitas, para 1º Secretário Luiz Mohr Neto, 2º Secretário Renato Husek, para Tesoureiro Herbert Bischoff, e para 2º Tesoureiro Adalberto Schimidt (OLIVEIRA, 1983).

A emancipação do município aconteceu em 25 de março de 1959, conforme a Lei nº 3.730, assinada pelo então governador do Estado, Leonel de Moura Brizola. Em primeiro de janeiro de 1960 ocorreu a sessão solene de instalação do município e a posse dos candidatos eleitos, sendo que o primeiro prefeito foi Eugênio Gentil Muller (OLIVEIRA, 1983).

Após 63 anos de sua emancipação, o município passou por diversas transformações e muitos avanços em todos os seus aspectos. Hoje, a formação étnica do município é composta, predominantemente, por quatro etnias: alemã, italiana, portuguesa e africana, produzindo assim, uma diversidade cultural.

Situado na região central do Estado, Restinga Sêca faz divisa ao norte com os municípios de São João do Polêsine e Dona Francisca, a Leste com Agudo, Paraíso do Sul e Cachoeira do Sul, ao Sul, com São Sepé e a oeste com Santa Maria e Silveira Martins.

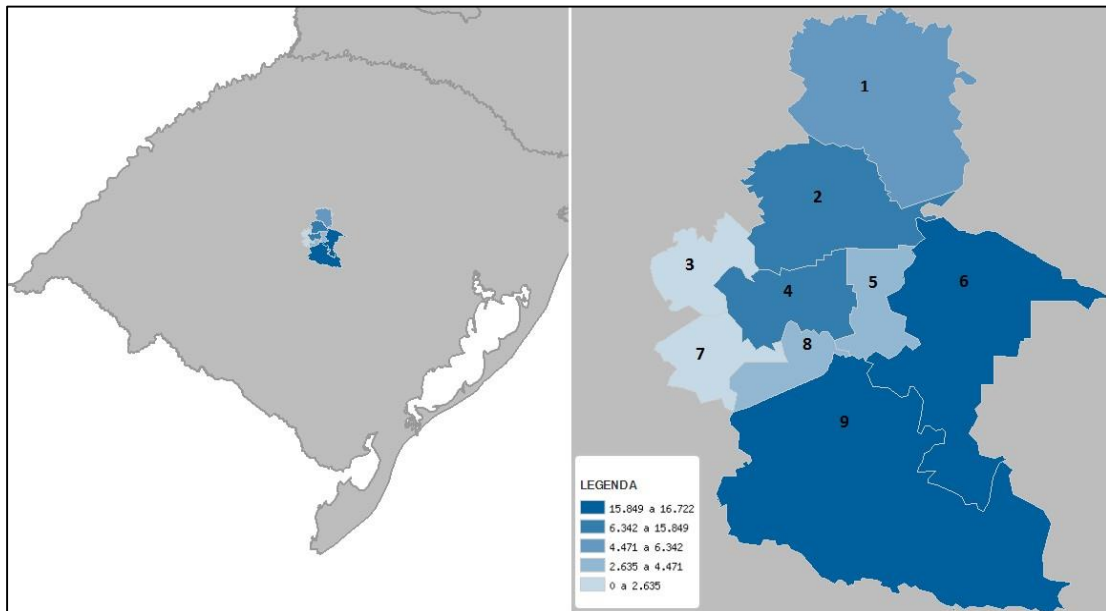
Restinga Sêca, assim como São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Ivorá, Dona Francisca, Pinhal Grande, Nova Palma, Agudo e Silveira Martins, faz parte da Quarta Colônia, localizados na região centro do Estado. Eles possuem belezas naturais, balneários, cascatas, rios, patrimônio material e imaterial, com diversidades que dão formas de ser e de fazer da sua comunidade.

Figura 10 - Localização de Restinga Sêca no Rio Grande do Sul



Fonte: Mapa do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<http://Image:RioGrandedoSulMesoMicroMunicip.svg,ownwork>. Acesso em: 18 jul. 2021

Figura 11 - Mapa da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013).
 Legenda: 1 Pinhal Grande; 2 Nova Palma; 3 Ivorá; 4 Faxinal do Soturno; 5 Dona Francisca; 6 Agudo; 7 Silveira Martins; 8 São João do Polêsine e 9 Restinga Sêca.

A região se fortalece com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS) Quarta Colônia, que tem a missão de conservar e preservar o Patrimônio Cultural do território da Quarta Colônia e é mantido com recursos dos municípios,

objetivando integrar, e horizontalizar as relações intermunicipais.

Segundo Bolzan (2011):

O CONDESUS é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujo estatuto [...] previa abrir caminhos alternativos para executar ações, programas e projetos de interesse regional, fundamentados nos princípios da sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da Quarta Colônia (p. 262).

O CONDESUS vem contribuir fortemente com a região, trabalhando em conjunto para que a Quarta Colônia seja reconhecida pela UNESCO como uma região que possui importância científica, cultural, paisagística e histórica. “O Consórcio configura uma estratégia diferenciada de conformação territorial sobrepujando as delimitações político-administrativas criadas ao longo dos processos emancipatórios” (VENDRUSCOLO, 2009, p. 67).

A união dos municípios foi vista como positiva pelo CONDESUS, segundo Vendrusculo (2009), pois ressaltava a diversidade étnica do território, elemento da identidade territorial que se buscava.

O Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, iniciativa do CONDESUS e da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), contempla também, os nove municípios da Quarta Colônia. O seu propósito é efetivar e estruturar uma política de preservação na perspectiva da proposta de geoparque no território da Quarta Colônia, intencionando novas oportunidades para a economia regional, estimulando a geração de emprego e renda, por meio do turismo e de iniciativas públicas ou privadas.

Além da beleza natural que os municípios apresentam, cabe destacar que nessa região foram encontrados fósseis triássicos de importância internacional. Se esse conjunto de características da região que é apresentado for bem cuidado, valorizado e conservado, este ficará para as gerações vindouras como uma herança cultural a ser estudada e preservada, o que significa estar em sintonia com a conservação dessa herança geopatrimonial, apresentando condições para a criação de um Geoparque.

O envolvimento de extensionistas nas ações desenvolvidas junto às comunidades é um fator essencial no processo dessa certificação. Cabe salientar que o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural - Área de Concentração História e Patrimônio Cultural, do ano de 2019, teve vagas extras, destinadas a professores e profissionais que exercem ou desenvolvem projetos nos municípios da Quarta Colônia em temas análogos ou que envolvam diretamente a Educação Patrimonial, tendo em vista o Projeto Geoparque Quarta Colônia.

Contudo, conhecer e compreender a história local é o passo inicial para a construção do conhecimento histórico. Nessa perspectiva, o uso da metodologia da Educação Patrimonial passa a ser essencial no processo ensino-aprendizagem, tendo em vista que ela perpassa pelos processos de percepção, identificação, representação e valorização do Patrimônio Cultural, sendo este o ponto de partida: trazer a fonte histórica para o aprendiz nas mais diversas formas, por meio da educação do “olhar”, o olhar a si mesmo para compreender o do outro.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL EM RESTINGA SÊCA/RS

Este capítulo aborda a realidade do ensino da rede municipal de Restinga Sêca/RS, elencando a quantidade de escolas, etapas e alunos. Essas informações, descritas em números, são dados relevantes que justificam a importância do produto, a partir daí, é possível afirmar que a proposta da Educação Patrimonial – componente curricular nos anos iniciais, está atingindo sete (7) escolas, num total aproximado de 513 alunos.

Assim, o ensino em Restinga Sêca/RS contempla as redes Municipal, Estadual e Particular, sendo dez (10) escolas Municipais: cinco (5) na zona rural e cinco (5) na zona urbana; quatro (4) escolas Estaduais: duas (2) na zona rural e duas (2) na zona urbana; das estaduais na cidade, uma (1) é de Ensino Fundamental completo e a outra é Ensino Médio. Na rede Particular tem-se uma (1) na zona urbana, com oferta apenas da primeira etapa do Ensino Básico.

A Rede Municipal de Ensino de Restinga Sêca atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental - anos iniciais e finais. No ano de 2021 contou com 1.333 alunos; 32 com deficiência; 115 professores concursados; 39 professores contratados; 20 estagiários CIE-E, 10 motoristas e 42 funcionários de escola, dentre eles serventes e secretários.

A Educação Infantil, como primeira etapa de ensino, já estava assegurada na Constituição de 1988 e validada no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Em 20 de dezembro de 1996 teve sua inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, explicitado, em seus Arts. 29 e 30, sua elevação à primeira etapa da Educação Básica:

Art. 29 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A Educação Infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1996).

Em Restinga Sêca/RS essa oferta se dá em três (3) escolas municipais de Educação Infantil (EMEIs) na zona urbana, em quatro (4) escolas municipais de Ensino Fundamental (EMEF) na zona rural que oferecem o Pré-escolar para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses e em uma (1) escola de Ensino Fundamental (EMEIEF) da zona rural que atende desde a primeira etapa do ensino - creche e pré-escolar. As EMEIs se caracterizam como espaços institucionais que se constituem em estabelecimentos educacionais públicos ou privados, de

responsabilidade da rede municipal, onde se educa e se cuida de crianças em jornada integral ou parcial.

A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Bela Vista oferece atendimento de creche (0 a 3 anos e 11 meses) na zona urbana em Restinga Sêca/RS.

Figura 12 – Escola Municipal de Educação Infantil Bela Vista



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A EMEI Gente Inocente oferece atendimento de creche (0 a 3 anos e 11 meses), também na zona urbana em Restinga Sêca/RS.

Figura 13 – Escola Municipal de Educação Infantil Gente Inocente



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A EMEI Prof. Edwaldo Bernardo Hoffmann oferece atendimento de pré-escolar (4 a 5

anos e 11 meses) na zona urbana em Restinga Sêca/RS.

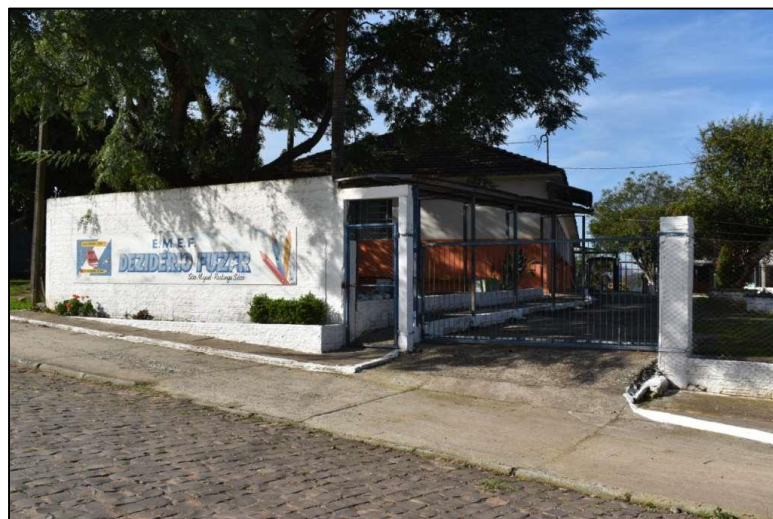
Figura 14 - Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Edwaldo Bernardo Hoffmann



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A EMEF Dezdério Fuzer oferece atendimento de creche (0 a 3 anos e 11 meses), pré-escolar (4 a 5 anos e 11 meses), Anos iniciais e Anos finais no interior de Restinga Sêca/RS.

Figura 15 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Dezdério Fuzer



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A rede municipal de ensino contempla um total de 460 crianças matriculadas de 0 a 5 anos e 11 meses, lotadas da seguinte forma: 156 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses nas duas

EMEIs da cidade e 304 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses distribuídas em EMEI, EMEF e EMEIEF, sendo uma (1) na cidade e cinco (5) no interior do município.

A matrícula na Educação Infantil para o segmento creche é opcional e para as crianças que completam 4 anos até 31 de março do ano, é obrigatória. Essas são determinações que vem contribuindo na socialização e alfabetização dos pequenos, promovendo o desenvolvimento das crianças em todos os seus aspectos intelectuais, sociais, emocionais e cognitivos, por meio do educar e cuidar, articulando essas ações à família e à comunidade.

O estímulo desde a primeira infância favorece o aprendizado futuro. Deixar a criança pronta para aprender desde cedo é uma das importâncias da Educação Infantil, pois a estimula por meio da ludicidade a desenvolver capacidades e habilidades motoras, afetivas, socializadora e cognitivas. O educar e cuidar fazem parte de uma ação pedagógica consciente, de uma percepção que faz parte do desenvolvimento da criança, fundamentada em perspectivas que consideram as diferenças, o momento e a realidade que são próprios à infância.

O Ensino Fundamental Anos iniciais (1º ao 5º ano) é ofertado em sete (7) escolas, sendo duas (2) na zona urbana e cinco (5) na zona rural, contemplando 513 alunos. Os Anos finais (6º ao 9º ano) é ofertado em cinco (5) cinco escolas, duas (2) na cidade e três (3) no interior.

A EMEF Adelino Roso oferece atendimento de pré-escolar (4 a 5 anos e 11 meses) e Anos iniciais (1º ao 4º ano) no interior de Restinga Sêca/RS.

Figura 16 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Adelino Roso



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A EMEF Francisco Giuliani oferece atendimento de Anos iniciais e Anos finais na zona urbana de Restinga Sêca/RS.

Figura 17 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Giuliani



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A EMEF Leonor Pires de Macedo oferece atendimento de anos iniciais e anos finais na zona urbana de Restinga Sêca/RS.

Figura 18 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonor Pires de Macedo



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A EMEF Manuel Albino Carvalho oferece atendimento de pré-escolar (4 a 5 anos e 11 meses), anos iniciais e anos finais na zona rural de Restinga Sêca/RS.

Figura 19 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A EMEF Sete de Setembro oferece atendimento de pré-escolar (4 a 5 anos e 11 meses), *anos iniciais e anos finais* na zona rural de Restinga Sêca/RS.

Figura 20 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete de Setembro



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

A EMEF Três de Outubro oferece atendimento de pré-escolar (4 a 5 anos e 11 meses), anos iniciais na zona rural de Restinga Sêca/RS.

Figura 21 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Três de Outubro



Fonte: Acervo pessoal de Raquel Ramos (2021).

Partindo da homologação da BNCC (2017), as escolas de Educação Infantil da rede municipal e privada do município de Restinga Sêca/RS, assim como as de Ensino Fundamental, no ano de 2019, tiveram que readequar suas Propostas Político Pedagógicas, contemplando competências e habilidades que todos os alunos devem adquirir ao concluir cada etapa do ensino.

Neste sentido, destaca-se a Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, que diz:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

As supervisoras escolares estiveram à frente desse processo de readequação, proporcionando uma reestruturação de forma colaborativa e democrática, dispendo de momentos de reflexões entre docentes, funcionários, famílias, enfim, com toda comunidade

escolar. Esta iniciativa proporcionou entender as necessidades reais e as aspirações escolares, contemplando os fins e objetivos da Proposta Político Pedagógica, os princípios e finalidades, as concepções norteadoras do trabalho escolar, as concepções de criança, de escola, de inclusão, de aprendizagem e desenvolvimento, das metas e dos objetivos da Educação Infantil, sobretudo, do papel do professor na organização e gestão do trabalho pedagógico.

Nesse trabalho, teve-se o cuidado em considerar o processo de ensino-aprendizagem, assim como o desenvolvimento integral do estudante, abarcando reflexões, inclusive, sobre a estrutura física, equipamentos, materiais apropriados, brinquedos adequados, garantindo qualidade, respeitando os direitos e as diversidades culturais de todas as crianças das instituições infantis.

A linha de frente dessas escolas fica a cargo das equipes diretivas, que coordenam o fluxo geral da instituição de ensino, o seu funcionamento na sua totalidade, buscando a garantia dos direitos dos estudantes, o que também compete à Secretaria Municipal de Educação, que é a mantenedora do ensino no município, com a responsabilidade por assegurar a organização eficaz do ensino-aprendizagem, bem como o Conselho Municipal de Educação, que tem a sua contribuição articulada junto à Secretaria, exercendo funções consultivas, fiscalizadoras e normalizadoras.

Então, para a reformulação dos currículos das redes, foi necessário se apropriar da proposta que a BNCC trouxe sobre ensino-aprendizagem, educação integral no contexto da escola, entre outras questões, dando ênfase ao conjunto de aprendizagens essenciais que indicam as habilidades e as dez (10) competências que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da sua escolaridade, que são: 1. Conhecimento; 2. Pensamento científico, crítico e criativo; 3. Repertório cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura digital; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9. Empatia e cooperação e 10. Responsabilidade e cidadania. As habilidades desenvolvidas permeiam, inclusive, as atitudes e valores que os estudantes devem ter para resolver demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

De acordo com a BNCC (2017), as competências indicam o que deve ser aprendido pelos estudantes, do mesmo modo que especificam com que finalidade determinada competência deverá ser desenvolvida. Dessa forma, no processo de ensino-aprendizagem, o estudante é convidado a se posicionar em sala de aula, interagir, participar, construir e expor argumentos, expressar valores e princípios, compreender conceitos e testar soluções em situações verdadeiras, conectadas à sua realidade local.

Dessa forma, se obtém uma aprendizagem significativa, ocorrendo ideias expressas

simbolicamente, interagindo de maneira substantiva e não arbitrária com aquilo que o estudante já sabe. De acordo com Moreira:

É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva (MOREIRA, 2010, p. 2).

Em suma, as Propostas Pedagógicas foram aprimoradas de modo a incluir atividades que abranjam as demandas da BNCC (2017), indicando, inclusive, que a educação integral propulsione uma educação sem fragmentação radical dos componentes curriculares e que tenha sentido para os estudantes, ou seja, uma educação que promova pontes entre o conhecimento e a vida. A Base também destaca a importância da valorização do contexto do estudante para que seja dado sentido ao que se aprende, e joga luz sobre o "protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida" (BNCC, 2017, p. 15).

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLAR E ANOS INICIAIS, SEGUNDO A BNCC

Os documentos Normativos que serão analisados neste capítulo, suas trajetórias até sua consolidação, são a base legal que permitem alterar a forma como a Educação Patrimonial vinha sendo trabalhada nas escolas da rede municipal de ensino de Restinga Sêca.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo, previsto em lei, que determina os conhecimentos indispensáveis que todos os estudantes da Educação Básica das instituições públicas e privadas têm o direito de aprender. O documento traz habilidades e competências que os educandos devem desenvolver ao longo da vida escolar. Ele é um parâmetro para a produção dos currículos e propostas pedagógicas para o ensino Infantil, Fundamental e Médio no Brasil.

A BNCC surgiu da necessidade de equilibrar estudos realizados no estado brasileiro e permeia uma legislação que surge na Constituição de 1988, quando coloca desde as responsabilidades dos entes federados até as da família, a normatização e, ainda, a importância de todos os brasileiros realizarem estudos equivalentes; porém, não descuidando das disparidades regionais e especificidades culturais.

Portanto, a previsão de uma Base Curricular Comum para todo o Ensino Fundamental já estava prevista na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 210: “Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

O mesmo aparece na promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/96) em seu artigo 26 que acrescenta a ideia da criação de uma base nacional:

Art. 26. Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 2013).

Em 1997, os PCNs foram elaborados para nortear as práticas dos professores e estavam presentes nas escolas brasileiras. A elaboração desses Parâmetros iniciou-se em 1995, pela Secretaria da Educação do Ensino Fundamental e pelo Ministério da Educação e do Desporto (PIRES, 2000).

Este documento era obrigatório e dividido em 10 volumes. Trazia as bases norteadoras para o trabalho docente e foram elaborados como referencial para o trabalho do professor,

“[...] respeitando a sua concepção pedagógica própria e a pluralidade cultural brasileira. [...] podendo ser adaptados à realidade de cada região” (BRASIL, 1997, p. 5).

A garantia da Educação Básica, dever do Estado, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, se deu em 2009, com a alteração da Emenda Constitucional nº 59/2009 que impulsionou modificações no texto da Constituição Federal de 1988.

Também, para orientar o planejamento curricular das escolas, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2010. Quatro anos depois, em 2014, foram elaboradas as 20 metas de melhoria da educação nacional, o Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2014-2024, sendo este um documento sinalizador na criação da BNCC.

Então, em 2015, a partir de debates sobre a criação de conteúdos mínimos que cada estudante brasileiro teria o direito de aprender durante sua permanência na Educação Básica, se deu o processo de construção da BNCC. Em setembro do ano decorrente, saiu a publicação da primeira versão, que passou por consulta pública, onde os profissionais da educação puderam contribuir para mudanças e melhorias no documento.

Em março de 2016, a composição da segunda versão levou em conta as sugestões enviadas pelos professores brasileiros na consulta popular. Após sua publicação no site oficial, teve início a construção da terceira versão, que computou habilidades prescritas nas versões anteriores, originando assim, o documento final.

A homologação da BNCC se deu em 20 de dezembro de 2017, delimitando um prazo de dois anos para que esta fosse efetivamente implantada em todo território nacional, por meio da elaboração e adequação dos currículos e propostas pedagógicas, pois ela não trouxe consigo um currículo pronto para a sala de aula, mas veio oferecer referências para a escola construir seu currículo, usando da sua autonomia, conforme consta na LDB 9.394/96.

A BNCC foi referência para a implementação do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), elaborado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); e do Documento Orientador do Território de Restinga Sêca (DOTRS), proporcionando a criação de um instrumento com a identidade do Estado e do Município, contemplando as tradições, costumes e valores que foram edificados, a partir da riqueza cultural e social de Restinga Sêca/RS.

A mobilização dos trabalhadores da educação iniciou em 2018, por meio dos dias “D” e através de grupos de estudos com os supervisores escolares, envolvendo dez (10) escolas da rede municipal, quatro (4) escolas da rede estadual e duas (2) escolas da rede privada de ensino. Em julho de 2019, os professores das diferentes áreas do conhecimento puderam dar sua colaboração para a construção do Documento Orientador do Município. Naquele mesmo

ano, deu-se a revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares.

A construção do DOTRS/2019 foi feita de forma democrática, com a participação da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação, dos Formadores Locais da BNCC – professores selecionados para serem os responsáveis pelos estudos do seu Componente Curricular, por meio da Portaria Municipal nº 55/2019 – e dos professores dos respectivos Componentes Curriculares de todas as redes de ensino do município.

Os anseios transformaram-se em conquistas na educação. Este documento reúne os princípios orientadores, as concepções de currículo, tempos e espaços do currículo na Educação Infantil, áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

A BNCC, o RCG e o DOTRS proporcionaram reflexões sobre o ensino e sobre alternativas, desde a organização dos ambientes, de materiais e práticas pedagógicas, sobre os processos de aprendizagem das crianças baseadas nas interações e brincadeiras, além de serem importantes no processo histórico de integração da Educação Infantil ao conjunto da Educação Básica.

Os professores tiveram papel primordial, com postura crítica e criativa neste processo de reestruturação curricular, sendo necessárias constantes discussões e reflexões sobre o currículo, para se propor currículos mais atraentes, mais democráticos, mais fecundos. De acordo com a BNCC (2017), foram selecionados conhecimentos relevantes e significativos para a inclusão no currículo, que viessem a contribuir para tornar as pessoas capazes de perceber o papel que devem ter na mudança de seus contextos imediatos e da sociedade em geral, visando a formação de cidadãos autônomos, críticos, criativos, sensíveis com capacidade para observar e intervir na sociedade como atores sociais. Neste sentido, a ligação entre a sociedade e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídos e os conhecimentos escolares passaram a ser fundamentais para a formação do discente.

A partir de então, o currículo passou a ser definido como uma tentativa escolar que se estende em torno do conhecimento e em torno das relações sociais, favorecendo intervenções para a construção da identidade dos estudantes, ingressando, assim, no conjunto de empenhos pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

As concepções que orientam os currículos da Educação Infantil baseiam-se nas interações que a criança estabelece desde cedo com o mundo adulto em suas brincadeiras, unindo as experiências e os saberes dessas com o significado do Patrimônio Cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Os conteúdos que compõem essa etapa do ensino

apresentam uma relação com a vida cotidiana, entre eles: o brincar, o movimento, a exploração de si e do entorno, dentre outras tantas.

A BNCC estabelece seis Direitos de Aprendizagens e Desenvolvimento primordiais para assegurar o respeito ao modo como as crianças aprendem e se exteriorizam, são eles:

Na Educação Infantil, as interações e a brincadeira compõem o eixo estruturante das propostas pedagógicas, assegurando às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Os seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, de acordo com a BNCC, (...) asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 35).

O brincar, o movimento e a exploração de si na Educação infantil, aqui, são entendidos como o principal modo de expressão na infância, sendo atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e autonomia da criança. Segundo Friedmann (2012), por meio das propostas lúdicas, não somente se abre uma porta para o mundo social e para as culturas infantis, como se encontra uma rica possibilidade de incentivar seu desenvolvimento.

A composição curricular da Educação Infantil está organizada em cinco Campos de Experiências⁵ que concebem um arranjo curricular amparando as situações e experiências concretas de vida das crianças e seus saberes, os diversos contextos das culturas locais e regionais e vincula-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio que a humanidade produziu. Na ideia dos campos de experiências, reside a articulação das dimensões do conhecimento, das práticas sociais e das múltiplas linguagens.

A BNCC propõe que, nos campos de experiências, as crianças tenham garantidos os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento intermediários de significativas aprendizagens, que são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Estes direitos são resgatados em cada campo de experiências e são a referência para a elaboração de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e para o planejamento do professor. Portanto, na Educação Infantil, o brincar deve ser valorizado e planejado pelo professor, proporcionando que as crianças vivam experiências e ampliem conhecimentos. Ao brincar, as crianças se relacionam entre elas e com os adultos, tomam iniciativas, representam papéis, solucionam problemas, experimentam diferentes materiais e vivenciam desafios por meio dos quais se desenvolvem e ampliam suas aprendizagens.

⁵ O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Vários foram os pensadores que desenvolveram teorias sobre o lúdico, dentre eles Lev. S. Vygotsky (1989) que aborda questões da infância, articulando suas contribuições a respeito do papel que o brinquedo exerce, inclusive na sua aptidão de constituir o funcionamento psíquico da criança. Atividades lúdicas para as crianças, ambientes que proporcionam o brincar e que estimulam a interação são estratégias importantíssimas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Para Vygotsky (1989), o educador poderá fazer o uso de jogos, brincadeiras, histórias e outros, para que de forma lúdica a criança seja desafiada a pensar e resolver situações problemáticas, para que imite e recrie regras utilizadas pelo adulto.

As atividades devem ser de acordo com a zona de desenvolvimento que a criança se encontra e o professor deve proporcionar estes espaços, momentos, materiais, ou seja, ele deve fazer a intervenção da construção do conhecimento com a brincadeira.

É enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança. É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de agir numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não por incentivos fornecidos por objetos externos (VYGOTSKY, 1989, p. 109).

Por isso, é preciso considerar a escola como um lugar de concepção pública de saber organizado, onde professores e estudantes, a partir de suas vivências, possam desenvolver e descobrir alternativas para suas práticas e, com isso, irem além do que está proposto, ou seja, inovar cada vez mais. Sendo assim, o professor que trabalha com a Educação Infantil e Anos iniciais deverá contemplar o lúdico, a brincadeira, a contação de histórias, e as interações como princípio norteador das atividades didático-pedagógicas, estando este presente em seus currículos.

A criança realiza descobertas ao brincar, ao ouvir histórias, essas são ferramentas importantíssimas que estimulam sua curiosidade, imaginação, aprendizagem. Piaget (1998) defende a seguinte concepção sobre a ludicidade:

A criança precisa interagir com o meio, e para que a aprendizagem aconteça é preciso que ela passe por dois processos que seria o de assimilação e o de adaptação. Assimilação é o processo interno que absorve as informações e as conecta com experiências vivenciadas, havendo comparações que provoca uma desestabilização no pensamento, por acontecer à entrada de novos conhecimentos. E adaptação, seria a acomodação dessas informações processadas, portanto, seria o processo da efetivação da aprendizagem que causa o equilíbrio das informações assimiladas (PIAGET, 1998, p. 48-9).

Diante disso, pode-se dizer que o lúdico é um recurso que beneficia o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a criança ainda não decodifica os sinais. Ele é uma

metodologia pedagógica que ensina brincando, tornando a aprendizagem significativa e de qualidade, sua contribuição vai além da aquisição do conhecimento, aprendido, ela contempla o conhecimento de mundo, desenvolvimento social, cultural, intelectual e pessoal das crianças.

Quanto ao Ensino Fundamental, ele é uma etapa mais longa, vai dos 6 aos 17 anos, e está dividido em dois segmentos, anos iniciais e anos finais. Nesse período de nove (9) anos (séries) ocorre o ápice de mudanças, no qual os estudantes começam essa etapa ainda crianças e terminam adolescentes, nesse espaço de tempo, acontece o pico de crescimento, ocorrem transformações no corpo, nos valores e na personalidade. A aquisição do conhecimento, especificamente nos anos iniciais, se difere da Educação Infantil, onde nessa etapa ocorre o aperfeiçoamento das várias aprendizagens, juntando os trabalhos anteriores, valorizando as experiências e as circunstâncias lúdicas de aprendizagem.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo (BRASIL, 2017, p. 58).

O importante é assimilar as modificações que ocorrem no processo de desenvolvimento da criança, estimulando o pensamento lógico, criativo e crítico, bem como a sua autonomia e asserção de sua identidade. A progressão do conhecimento acontece pelo fortalecimento das aprendizagens anteriores e pelo acréscimo das práticas de linguagem, levando em conta as experiências das crianças, seus interesses e o quanto ela ainda precisa aprender, assegurando um caminho contínuo de aprendizagens, unindo as duas etapas do Ensino Fundamental.

A BNCC veio propor a separação do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais. Os anos iniciais - 1º ao 5º ano - são o período dedicado à introdução escolar e ainda proporciona atividades lúdicas. Fazendo uma relação com a etapa anterior, a BNCC destaca a consideração que se deve ter na progressiva sistematização dos estudantes. Nesta etapa, os estudantes começam a possuir mais autonomia, participam agilmente do letramento, desenvolvem a fala corretamente, compreendem, representam e expõem sua identidade.

No 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, o foco do planejamento é para a apropriação e

domínio da escrita alfabética de maneira estruturada e, a partir disso, progredir em questões fundamentais como leitura, escrita e interpretação, que são fundamentais para qualquer outro componente curricular, levando em conta não apenas o que a criança precisa aprender, mas o que ela se interessa em saber, seus interesses sociais. Os conhecimentos devem ir além dos temas sugeridos nos componentes curriculares, nessa etapa, elas precisam saber lidar consigo mesma, com a natureza, com a cultura e com a tecnologia. Dessa forma, a BNCC convencionou, para cada componente curricular, diferentes unidades temáticas, objetivos de conhecimento e habilidades que devem ser desenvolvidas.

Então, diante das possibilidades de reorganização e transformações nos currículos que esses documentos normativos - BNCC, RCG e o DOTRS - trouxeram, foi possível alterar a forma como a Educação Patrimonial havia sido contemplada, passando ela a ser um componente curricular da Área do Conhecimento das Ciências Humanas aos anos iniciais na rede municipal de ensino.

Pretende-se, com isso, o fortalecimento da relação dos estudantes com suas heranças culturais, a partir da consciência histórica, da compreensão do significado de patrimônio e memória coletiva. O vínculo com estes bens culturais deverá ocorrer de forma que venha a criar, no estudante, o sentimento de propriedade e responsabilidade, levando ele a valorização e preservação desde cedo, a fim de que possa se reconhecer como sujeito responsável pela história e, conseqüentemente, pelo exercício da cidadania.

No Documento Orientador do Território de Restinga Sêca - DOTRS/2019, a Educação Patrimonial estava contemplada como Tema Contemporâneo, assim como Ética; Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Educação Alimentar e Nutricional; Saúde e da Orientação Sexual; Práticas Restaurativas; Educação Fiscal e Alfabetização Digital - sendo esses temas ofertados a todas as etapas de ensino. Sendo assim, a Educação Patrimonial já estava adicionada nas áreas já existentes e no trabalho educativo das escolas, assim como os demais temas, garantindo a transversalidade. Entretanto, cabe ressaltar que esses Temas Contemporâneos são abordados de acordo com a escolha do professor, mais uma razão que motivou a sua substituição para compor a grade curricular.

Para tanto, foi necessária uma readequação nos Planos de Estudos do Componente Curricular História para que fosse contemplado, semanalmente, o Componente Curricular Educação Patrimonial nos Anos iniciais. Educar a partir do Patrimônio Cultural significa reconhecer o valor dos saberes e fazeres herdados dos antepassados de uma comunidade. Com isso, faz-se necessário proporcionar aos professores um fazer pedagógico a partir da realidade local sem dissociar do global dos sujeitos constituídos no contexto escolar, com uma

abordagem mais dinâmica e menos imperativa ou ortodoxa.

Segundo Horta:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na ‘necessidade do passado’, para compreendermos melhor o ‘presente’ e projetarmos o ‘futuro’. O estudo dos remanescentes do passado motivamos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções que encontraram para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água etc.). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, um exercício de consciência crítica e de cidadania (HORTA, 2004, p. 3).

Dessa forma, os docentes irão considerar os objetos patrimoniais como recursos educacionais, os quais poderão ser contemplados por meio da exploração de lembranças do passado dos idosos, da história dos lugares, praças, monumentos, museus, entre outros, que representam a vida de uma época.

4.1 PRÁTICAS EDUCATIVAS E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DE UM COMPONENTE CURRICULAR PARA OS ESTUDANTES

A proposta metodológica para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais foi produzida, em termos conceituais e práticos, a partir do 1º Seminário, realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de *Heritage Education* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9.394/96) quando esta indica, em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do Ensino Fundamental e Médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura (apud ORIÁ, s.d., p. 1), permitindo, no trabalho dos professores, a inclusão de temas alusivos ao Patrimônio Cultural nos currículos, na perspectiva da Educação Patrimonial.

Da mesma forma, os PCNs sugerem, no volume denominado “Pluralidade Cultural”, a interdisciplinaridade como trabalho com a Educação Básica a partir dos temas transversais. São estes os que dizem respeito ao Meio Ambiente e à Pluralidade Cultural. Assim, o trabalho com Patrimônio Cultural foi incorporado aos demais conteúdos escolares uma vez que, diante

do caráter abrangente que define o próprio termo “Patrimônio”, a Educação Patrimonial também assume papel de abrangência, podendo ser entendida como uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões atinentes ao Patrimônio Cultural.

A BNCC, que delimita aprendizagens e competências que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, presume a Educação Patrimonial na habilidade de identificação dos patrimônios históricos e culturais de uma cidade ou região. Com estas atividades, os estudantes, desde cedo, poderão conhecer as riquezas e assim ajudar a perpetuar suas raízes e tradições, apresentando possibilidades para uma abordagem do tema dentro dos conteúdos e habilidades das disciplinas de Arte, História, Geografia e Ciências.

No caso da disciplina de História, a proposta propõe uma abordagem dialógica entre passado e presente. Nas disciplinas de Ciências e Geografia, a abordagem que pode se referir ao conceito de Patrimônio Cultural é ainda mais sutil, em conceitos de paisagem, lugares como uma tomada de consciência da interferência humana no planeta, o conceito de sustentabilidade focado na manutenção da vida no planeta, entre outras coisas, porém, não concebe as riquezas naturais como patrimônio a ser preservado e valorizado como um bem cultural.

E por último, cita-se o Documento Orientador do Território de Restinga Sêca, que traz a Educação Patrimonial como Tema Contemporâneo a ser trabalhado nas escolas da rede municipal. Os temas contemplados podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais, podendo, inclusive, serem incluídos outros temas.

No entanto, mesmo diante do respaldo da LDB, dos PCNs, da BNCC e do DOTRS, bem como de projetos culturais e iniciativas voltadas à cultura, o trabalho com a Educação Patrimonial ainda tem sua dimensão educativa pouco reconhecida. Essa conclusão foi a mola propulsora que levou este trabalho à solicitação da alteração da forma como a Educação Patrimonial estava sendo trabalhada no município, almejando maior visibilidade, aos estudantes, desde cedo, sobre assuntos de extrema importância para sua vida.

Diante da atual realidade, é possível detectar que o caráter interdisciplinar da Educação Patrimonial não se mostra pleno na concepção das professoras. Dessa forma, as práticas nesse campo acabam por ter seu conceito minimizado, reduzindo o trabalho com o patrimônio apenas às iniciativas na comemoração do aniversário do município, pontuando aos estudantes poucos dados referentes a história de origem da cidade. A pretensão é que uma visita aos locais de história do município não seja assumida apenas como um passeio, mas que possa servir de base para profundas reflexões de diversos fatores do cotidiano da cidade, da região ou da comunidade.

Apresentar aos professores à Educação Patrimonial como um Componente Curricular, devendo ele trabalhar questões pertinentes a metodologia um período por semana, eliminará a existência de práticas isoladas, em descompasso com as políticas públicas de proteção. Dessa forma, a relação entre educação e Patrimônio Cultural, que é muito valorizada, embora pouco discutida entre os professores, terá a oportunidade de ser vista com outro olhar.

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado, políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio de sua cidade (ARROYO, 2005, p. 32).

Propor a Educação Patrimonial no currículo envolve considerar, além da visita a diversos espaços extraescolares, um trabalho constante de articulação com a realidade, uma vez que a pluralidade de manifestações culturais, bem como os diversos tipos de instituições e comunidades, possibilita diversas formas de se abordarem seus patrimônios. A Educação Patrimonial precisa ter seu papel reconhecido no currículo, uma vez que se apresenta como elemento chave no trabalho com a cidadania, um dos objetivos primordiais na formação de sujeitos ativos e conscientes.

As linguagens da cidade têm um caráter pedagógico: porque a materialidade e a subjetividade da cidade expressam as relações e os valores sociais, políticos, racistas, de classe, de exclusão ou inclusão, que estão presentes na sociedade. Então, esses símbolos, esse patrimônio, representam a experiência cotidiana do cidadão e, ao mesmo tempo, educam o olhar e a percepção do outro, o que é fundamental para a construção da identidade (ARROYO, 2005, p. 34).

Um trabalho de conscientização do espaço urbano ao qual se pertence, surge da reflexão acerca das especificidades, contradições e transformações do espaço atual e de aspectos relativos ao saber fazer das diversas culturas, bem como sobre os demais elementos materiais que compõem nosso cotidiano. O que seria isto, senão um trabalho com a Educação Patrimonial? Então, a partir de um olhar sobre o espaço urbano, sobre as construções, os modos de vida e a representação que se mostram em nosso cotidiano, sobre a conscientização acerca do espaço de vivências de cada um, pode-se proporcionar um trabalho significativo com a Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial é vista, nas escolas e na sociedade em geral, ligada à disciplina de História. Essa Dissertação traz a proposta de se identificar, reconhecer e

trabalhar com o Patrimônio Cultural na escola para além de envolver conteúdo dessa área do conhecimento, a proposta é pensar o processo educativo em sua amplitude, assim envolvendo a comunidade a qual o estudante está inserido, as vivências e produções dos estudantes, com a percepção da cidade e do espaço que os cercam, mas não em aspectos fragmentados, com atividades isoladas.

Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. Cumpre aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor de nossos bens culturais [...] (ROCHA, 1989, s. p.).

O estudante precisa ser encantado para que no processo de conhecer um bem cultural, seja ele material ou imaterial, ele seja envolvido por um sentimento de reconhecimento. Portanto, trabalhar com os temas referentes ao Patrimônio Cultural exige do professor comprometimento e muita reflexão sobre o espaço onde se vive, sobre as culturas que o constituem, bem como os processos que o configuram tal como se mostra em um determinado momento.

Consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na necessidade do passado, para compreendermos melhor o presente e projetarmos o futuro (MORAES, s.d., p. 6).

A escola tem o dever de conscientizar os estudantes de seus deveres, bem como da valorização e promoção do respeito e bem-estar com os espaços, com as construções e as demais manifestações que marcam as vivências de seu tempo. Também deve formar cidadãos críticos, conscientes da pluralidade que permeia o espaço em que vivem, bem como do mundo que os rodeia.

Cabe uma reflexão: a escola é um espaço coletivo capaz de integrar e influenciar socialmente toda uma comunidade. Em contrapartida, é um local de rotatividade de pessoas, tanto em relação aos alunos, quanto de professores e/ou corpo administrativo, o que pode ser um ponto negativo em relação a salvaguardar a história e a memória da comunidade escolar se não houver um trabalho de Educação Patrimonial que discuta e promova o registro e a preservação de suas memórias.

A sociedade atual é responsável pelas modificações do passado e isso não é um processo individual, mas, sim, de uma coletividade, tanto do passado quanto do presente. A

partir desta coletividade, a sociedade é capaz de propor novos significados e reconstruir sua identidade de maneira interativa entre passado-presente-futuro. A memória é reconstruída a partir do presente, o que se escolhe lembrar, ou esquecer, acontece sempre a partir da vivência do presente. Os estudantes precisam refletir sobre essas questões, eis aqui a importância da Educação Patrimonial.

Dessa forma, a Educação Patrimonial indica uma atuação contínua e sistemática de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e crescimento individual e coletivo no qual, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar os estudantes a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Contemplar, na prática, o trabalho com o bem cultural, levar os participantes a uma reflexão, requer etapas importantes a seguir. De antemão, deve-se proporcionar a observação por meio da visão, tato, olfato, paladar e audição, experimentações, jogos de adivinhações, perguntas, etc...; em seguida, deve-se dar o registro por meio de desenhos, relatórios, fotografias, o objetivo é fixar o conhecimento; depois vem a exploração com questionamentos, momento de analisar o bem cultural, avaliar, promover discussões, buscar informações em outras fontes e, por fim, vem a apropriação por meio de diversas expressões, recriando o bem cultural, sendo elas dramatização, pinturas, música, poesia, fotografias entre outras, sendo importante instigar a participação e a criatividade. Dessa maneira, o estudante irá refletir sobre a importância e valorização do Patrimônio Cultural.

É muito importante trabalhar inicialmente com o nosso primeiro Patrimônio - a Vida -, essa questão traz uma reflexão profunda, voltada para tudo o que adquirimos e somos. Esse tema permite várias observações e reflexões sobre nosso corpo, cabelos, cor, estatura, inclusive temperamento entre outras. Aqui pode-se entrar também os conceitos de feio, bonito, gostar, não gostar e podendo ser aprofundado conforme a faixa etária dos participantes.

Para a atividade se tornar significativa, o professor pode proporcionar a tarefa com desenhos, barro, materiais reciclados que ajudarão a fixar os conhecimentos. Se observar frente a um espelho, reproduzir o que viu numa folha de papel grande, o próprio corpo, etc., poderá, ao mesmo tempo, se tornar uma atividade lúdica e reflexiva. Em seguida, questionar: como se vê? Como gostaria que os outros te vissem? Enfim, por meio destes exercícios se pode desenvolver outras atividades ampliando este conceito para a família, os vizinhos, os amigos, o bairro, a escola, o trabalho etc.

São muitos os temas que fazem parte do nosso Patrimônio Cultural. Nosso município, assim como nossa região, possui bens culturais que se manifestam em diversas expressões. Deve-se utilizá-los, tanto nos processos de ensino para as novas gerações quanto nas atividades de conscientização e valorização dos mesmos. Pode-se criar muitas outras atividades com estes bens culturais, materiais e imateriais, consagrados ou não consagrados, é preciso usar a criatividade.

5 PATRIMÔNIO CULTURAL E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

Era uma vez uma cidade que possuía uma comunidade, que possuía uma escola, mas os muros dessa escola eram fechados a essa comunidade. De repente, caíram-se os muros e não se sabia mais onde terminava a escola, onde começava a comunidade. e a cidade passou a ser uma grande aventura do conhecimento (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2008).⁶

Segundo Singer (2011), o território educativo surge da integração entre a escola, a família e a comunidade, com base no compromisso, oportunizando condições para o crescimento dos estudantes. Essa integração deve estar apresentada nos Projetos Político-pedagógicos das escolas, contemplando assim, uma educação integral, não de tempo integral, mas uma educação preocupada com o social, psicológico, pedagógico e com o afeto do estudante, isto significa trabalhar temáticas para além dos conteúdos didáticos, como o patrimônio.

Dar condições para que as crianças e os jovens se desenvolvam integralmente, em todos os seus aspectos, é um dos principais objetivos dos territórios educativos, assim como garantir a autonomia, ampliando o repertório sociocultural, o fortalecimento de sua capacidade de participação ativa na sociedade, criando condições para que elas desejem aprender, conhecer o mundo e se desenvolver (SINGER, 2011).

Assim, proporcionar aos estudantes conhecer o local onde vivem, sua origem, suas tradições culturais que formaram a sua cidade, ir além do currículo tradicional, atribuir um novo contexto da ação educativa valorizando o território onde a escola está inserida, nada mais é do que ter um novo olhar com o propósito de vivenciar conteúdos e espaços envolvidos em outras experiências de aprendizagens. Entretanto, ofertar uma nova proposta de educação, a partir da reflexão sobre os currículos, sobre a educação não se limitar ao espaço físico, ao tempo escolar e aos saberes acomodados do conhecimento universal, isto é trabalhar uma proposta curricular que tenha estrutura baseada na vida do estudante.

Sendo assim, a Educação Patrimonial será um instrumento para o desenvolvimento participativo dos estudantes, abrindo campos de conexões de ensino-aprendizagem, de informações, de valores e de trocas de experiências entre os educandos, famílias e a comunidade. Neste sentido, o território educativo deve ser entendido como um espaço que pode contribuir para a preservação do patrimônio, não apenas na materialidade dos bens culturais, mas também, quando invocamos atitudes que integram o cotidiano da cidade,

⁶ Texto extraído do DVD "O Direito de Aprender", uma realização da Associação Cidade Escola Aprendiz, em parceria com a UNICEF.

proporcionando a compreensão do sentido de prevenção e de proteção ao Patrimônio Cultural.

De antemão, é preciso sensibilizar os educadores para o valor do Patrimônio Cultural, adentrando-se no conhecimento sobre a história da cidade, os signos e símbolos e assim abranger a importância da proteção dos bens culturais. A escola se abrirá para o seu redor, tornando o espaço educativo mais amplo, a cidade em si, passa a ser educativa, englobando todos os cidadãos nesse processo de construção do conhecimento.

Portanto, o produto traz a proposta de proporcionar um trabalho com a Educação Patrimonial nas escolas, ampliando as noções de tempo e espaços, através da interatividade dos estudantes com o seu meio, desde cedo. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Patrimônio Cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo, então, conhecer sua cidade, o significado que ela teve para alguém, as memórias, as relações das pessoas no tempo vivido, promovem fortes sentimentos e nos remetem a compreensão que Patrimônio Cultural vai além de uma lista de bens tombados.

Dessa forma, um plano educativo sobre a cidade é de suma importância para conhecer os diferentes patrimônios locais, a composição familiar, as formas de expressão, valores, símbolos e culturas da comunidade. Essa rede de relações e significados se dá por meio do conhecimento do território.

Em proximidade com os patrimônios, os estudantes desenvolvem habilidades como, por exemplo, ter um olhar atento para o seu entorno, eles aprendem a quantificar, ordenar, classificar, associar e até mesmo refletir sobre suas culturas, percebendo ideias ou expressões. Educação Patrimonial a partir do território onde o discente está inserido é promover, de maneira dinâmica e criativa, o entendimento das várias formas de ver o nosso patrimônio e sua relação com a memória, a identidade cultural e, até mesmo, com a cidadania.

Cabe ressaltar que o tema referenciado está presente em todas as atividades e lugares, inclusive na comunidade, nas casas, nas brincadeiras de infância, nas manifestações, nos modos de fazer. Portanto, pode-se ocasionar espaços educativos, articulando a escola e o território, envolvendo Educação Patrimonial tanto nas etapas da educação formal como na não formal.

Inclusive a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seu artigo 1º, aponta os contextos culturais como fundamental local de construção dos indivíduos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações

culturais (BRASIL, 1996).

Neste sentido, é importante envolver toda a comunidade escolar na identificação e valorização das pessoas que constituem o Patrimônio Cultural, pessoas estas que estão bem próximas de nós, assim como no reconhecimento dos bens culturais. O Patrimônio Cultural é de suma importância, pois está estreitamente ligado à vida das pessoas, ao que elas atribuem valor e que se torna um bem, ao que as enriquece e ninguém melhor do que elas para cuidar dele.

No território educativo estão as referências culturais mais próximas, que são as raízes do povo que ali habita, tornando importante proporcionar reflexões com essa localidade, recuperar valores, lembrar a história. Diante do exposto, o IPHAN considera que:

Os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, p. 63).

Com a contemplação da Educação Patrimonial como Componente Curricular, almeja-se que a temática do Patrimônio Cultural seja trabalhada nas escolas, nas turmas de anos iniciais e que, além de proporcionar aos estudantes o conhecimento aprofundado da história do município, pontos turísticos, obras de arte, que ela traga os significados de cada localidade, que identifique a referência do local e regional, desde acontecimentos importantes ou até mesmo uma rua, uma praça, uma casa, entre outros, dando a sua devida importância, assim como que ela venha incluir os objetos, as celebrações, as formas de expressão e os saberes ali enraizados.

Conforme Rocha:

Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. Cumpre aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor de nossos bens culturais [...] (ROCHA, 1989, s.p.).

Considerando a escola um local que abrange muitos indivíduos, que incorpora e interfere socialmente na comunidade, que é um lugar de alternância de pessoas, julga-se importante um trabalho que debata e fomente o registro e a preservação da memória da comunidade. Assim, o trabalho com a Educação Patrimonial deverá instruir para uma apropriação e valorização da herança cultural das comunidades, fortalecendo os sentimentos

de identidade e cidadania.

Contudo, ressalta-se que as questões mais consideráveis para a criação da escola, como um centro articulador do território educativo, são os procedimentos referentes ao acolhimento, respeito e vínculos que são essenciais e devem permanecer para além da idade escolar entre a equipe, estudantes e famílias.

A escola proporcionando novas possibilidades de aprendizagens, por meio dos professores, que venham a explorar os espaços da cidade como um recurso pedagógico, fortalecerá a relação dos estudantes com a cidade em que vivem. Essa condição não se opõe ao saber escolar, ela o complementa. Existe um currículo oculto fora da escola e a Educação Patrimonial pode contribuir para sua execução, por meio das diferentes experiências e práticas educativas, valorizando a história das praças da cidade, o nome das ruas, as edificações, os museus, como também os fazeres e saberes que fazem parte do povo que ali habita.

Com a consolidação do produto, pretende-se contribuir para que as escolas do município de Restinga Sêca/RS, frente às questões preservacionistas, mantenham viva a memória individual e coletiva da sociedade, que nelas a história de origem da cidade possa ser transmitida aos estudantes desde cedo, a partir dos anos iniciais. Identificar, reconhecer e preservar o patrimônio material e imaterial da cidade e região proporciona, dentre outras questões, o sentimento de pertença, ou seja, permitir que o indivíduo se encontre como membro, como um indivíduo relacional que tem compromissos, sentindo-se comprometido.

Andar pelas ruas da cidade, com pressa, não permite perceber os prédios, as casas, as portas, as janelas, nem mesmo o projeto das ruas que compõem um tempo passado, cada resquício marca o passar do tempo, suas memórias e o que deixaram a nós como patrimônio. Conforme Figueiredo (2014, p. 95), “olhar a cidade a partir das suas estruturas materiais e imateriais significa estudar o Patrimônio Cultural e sua relação com a história local, regional e geral”.

Segundo Bittencourt (2008), a disciplina de História e, especificamente a História local, é uma possibilidade para o estudante reconhecer os traços do passado no presente e identificar as problemáticas atuais como construções, passíveis de interpretação e (re)significação.

Neste sentido, a possibilidade de oferta da metodologia de Educação Patrimonial, que venha a contribuir no ensino de História, nas escolas municipais, possibilitará o conhecimento sobre o patrimônio histórico cultural de Restinga Sêca/RS, pois o espaço da cidade será explorado como objeto gerador de conhecimentos, proporcionando experiências e contato direto com os bens patrimoniais como: casas, prédios, praças, igrejas, monumentos, etc.; ou

bens imateriais, saberes e fazeres, como músicas, danças, festas religiosas ou populares, comidas típicas, rituais, hábitos e costumes, formas de expressão.

A metodologia da Educação Patrimonial, introduzida no Brasil pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, em 1983, é uma proposta de aprendizado que utiliza os bens culturais como fonte primária do conhecimento, gerando um diálogo permanente entre os indivíduos e os patrimônios culturais (HORTA, 1999).

A Educação Patrimonial gera propostas para a preservação do Patrimônio Cultural, além de ser um veículo capaz de aproximar e integrar a comunidade através de ações dinâmicas e recreativas, envolvendo variados segmentos sociais, níveis de instrução, idade, almejando que estes indivíduos passem a reconhecer, valorizar e compreender a importância do seu bem. A Educação Patrimonial é definida por Horta (1999) como:

Processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999, p. 6).

Ao sair da sala de aula, do pátio da escola, visitar lugares da cidade, conhecer monumentos, museus, significa exercitar o olhar crítico para o cotidiano. Aprender a reconhecer o Patrimônio Cultural que o rodeia, isso proporciona o acesso a novas linguagens, a conhecimentos teóricos e também estimula a curiosidade dos estudantes, tornando esse desaparelamento⁷ (BNCC, 2017) um recurso a favor do aprendizado cultural.

Portanto, apresenta-se aqui uma possibilidade valiosa para a escola se voltar à valorização de questões locais, como elementos essenciais no reconhecimento do universo do estudante como parte integrante do conhecimento, inteirando-o para um melhor desfrute destes bens, num processo contínuo de formação cultural. Esse conhecimento e apropriação do significado do Patrimônio são questões fundamentais no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Proporcionar o estudo do meio aproxima os estudantes da compreensão da ideia de sujeito histórico. Ele é uma forma de trabalhar com os bens culturais do patrimônio histórico no processo ensino aprendizagem.

⁷ Tirar as estudantes de dentro das salas físicas e dar-lhes mais oportunidades de explorar os ambientes externos e viver experiências com a natureza.

Segundo Oriá (2004):

[...] a memória dos habitantes [...] faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens, através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo efetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito de história (ORÍÁ, 2004, p. 139).

A escola, ao proporcionar o Componente Curricular Educação Patrimonial, passará a ofertar aos estudantes objetos de conhecimentos com temas: origem do município, seguido de seus bens materiais e imateriais existentes, entre outros, por meio de progressão espiral, conforme a BNCC sugere; estratégia pedagógica que propõe que o objeto de conhecimento seja revisitado pelo estudante ao longo de sua vida escolar, trabalhando com diferentes níveis de complexidade e, conseqüentemente, estimulando o aprofundamento do conhecimento a cada ano. Para isso, o professor precisa de formação para estar engajado e se sentir motivado pela temática, pois ele precisa criar as possibilidades para estreitar o contato do estudante com o Patrimônio Cultural, ele será o mediador no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Fermiano e Santos (2014), o professor pode buscar, em sua cidade, junto com seus alunos, os patrimônios históricos, que podem ser os já tombados, mas que também podem incluir os pontos em que a população considera uma referência na cidade (praça, igreja, rodoviária etc.), os produtos típicos (expostos em uma feira), as canções locais ou visitar pessoas que são “um patrimônio” pelos motivos mais diversos (conhecer histórias interessantes sobre o passado da cidade, ter testemunhado certos episódios, etc.). Essa é uma maneira de trabalhar o patrimônio cultural, por meio da Educação Patrimonial, levantando os aspectos da identidade local.

Contemplando a proposta, a cidade passa a ser um recurso a ser explorado para ser conhecido, por meio de roteiros patrimoniais, proporcionando possibilidades de aprendizado, construção e reflexão do conhecimento histórico. Essa prática permite a identificação e interação com o bem cultural, aumenta o aprendizado e proporciona, além da compreensão da história local, a oportunidade do estudante se reconhecer como parte dela.

Começando pela observação e identificação do bem cultural, que permite o conhecimento e reconhecimento do que antes passava despercebido, aqui entra o papel do professor, que deve ser um instigador, que vai auxiliar com apontamentos e dados históricos,

estimulando um novo olhar sobre o patrimônio do município. Registrar essas percepções, interpretações, sistematizando as informações por meio de desenhos, relatos, fotografias entre outras formas, consolida o aprendizado. Essa devolutiva do estudante traz a valorização do bem cultural (HORTA, 2004).

Conforme Figueiredo (2014), pensar o urbano por meio de sua dimensão cultural amplia a compreensão da sociedade em todos os seus aspectos e suas especialidades e temporalidades se tornam inteligíveis. Enfim, olhar a cidade a partir das suas estruturas materiais e imateriais significa estudar o patrimônio cultural e sua relação com a história local, regional e geral.

A Educação Patrimonial proporciona ao indivíduo a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que ele faz parte, propicia também a ele interpretar o mundo que o rodeia. Ela é um instrumento de alfabetização cultural, que leva a valorização da cultura, reforçando a autoestima dos sujeitos e comunidade.

De acordo com Fermiano e Santos (2014), conceber o estudante como sujeito histórico implica sensibilizá-lo em relação as suas responsabilidades sociais, que tendem a crescer com o tempo. Para isso, ele precisa aprender a respeitar o outro, com suas especificidades culturais e experiências de vida.

Conforme preconiza o IPHAN (1999), um dos objetivos do trabalho educativo cultural é o reforço à autoestima dos indivíduos e comunidades, que é visível no sentimento de pertença local, ou seja, na identidade do povo do lugar.

Neste sentido, Carmem Amorim e Jara Casco reforçam nossa proposta:

Elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recreação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres (AMORIM; CASCO, 2006, p. 2).

A Educação Patrimonial, na prática, é uma maneira de interpretar as memórias deixadas no patrimônio de cada grupo humano que habitou certo período de tempo no município. Essa metodologia valoriza o protagonismo do discente, à medida que estimula a pesquisa, a exploração dos espaços da cidade e dos bens patrimoniais. Assim, os estudantes ao se perceberem como sujeitos históricos, sujeitos da cidade, podem reconhecer suas vivências pessoais e compreender e valorizar as de outros sujeitos do passado. Além disso, a Educação Patrimonial contribui para o aprendizado, para a conscientização e sensibilização de questões referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural da nossa região centro.

Na visão de Horta (1999), a Educação Patrimonial está associada ao desenvolvimento local, pois reconhece o homem como protagonista de seu próprio desenvolvimento, pensando sempre globalmente, porém, agindo no seu espaço vivido.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA, 1999, p. 5).

Portanto, usar a cidade para o ensino de Educação Patrimonial proporciona muitas aprendizagens, pois requer significação e interpretação do olhar, precisa-se trocar de lentes, ser questionador, curioso, fazer perguntas, trilhar lugares quase desconhecidos. Esse conjunto de adjetivos é intrínseco a grande parte dos estudantes, principalmente das crianças pequenas, que estão se descobrindo e descobrindo seus pares e onde vivem.

Segundo Horta (1999), ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos bens tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de autoestima, autoafirmação e cidadania.

6 PRODUTO: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO COMPONENTE CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

O produto desta pesquisa é um Documento Normativo por meio de Resolução aprovada e emitida pelo Conselho Municipal de Educação. Este Documento trata da inclusão da Educação Patrimonial como um Componente Curricular na Área do Conhecimento das Ciências Humanas do Ensino Fundamental – anos iniciais.

Restinga Sêca é Sistema Municipal de Ensino, diante da Lei Ordinária 1416/2000, portanto, tem autonomia para gerir e normatizar a educação do município. Esta lei, em seu §1º, disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Em seu Art. 11 trata das competências do Conselho Municipal de Educação, dentre elas, referente a aprovação do produto desta Dissertação, destaca-se a II e III: II – que autoriza o funcionamento de novas escolas, cursos, séries, níveis, ciclos, blocos, etapas e/ou formas diversas de organizações, sempre que o interesse de aprendizagem assim o recomendar e a III – que define a parte diversificada dos currículos escolares, adequando, quando for o caso, o calendário escolar às peculiaridades locais, inclusive econômicas e climáticas.

Portanto, para tal alteração da contemplação da Educação Patrimonial como componente curricular, a proposta foi elaborada e apresentada com justificativas para as seguintes entidades:

- Secretaria Municipal de Educação, que tem a incumbência de organizar, executar, manter, administrar, orientar, coordenar e controlar as atividades, velando pela observância da legislação respectiva e pelo cumprimento das decisões nas instituições que integram a Rede Pública Municipal de Ensino e;

- Ao Conselho Municipal de Educação que é um órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador acerca dos temas que forem de sua competência, conferida pela legislação.

Somente assim ela foi aprovada pelo Sistema Municipal de Ensino, onde o Conselho Municipal de Educação emitiu a Resolução 02/2021 que implanta, de forma gradativa, o Componente Curricular Educação Patrimonial no município de Restinga Sêca/RS.

Salienta-se que a Educação Patrimonial estava incluída no Documento Orientador do Território de Restinga Sêca (Tema Contemporâneo) (DOTRS/2019, p. 28). São temas ofertados a todas etapas de ensino, garantidos na transversalidade, integrados nas áreas

existentes e no trabalho educativo escolar, abordados ou não, de acordo com a preferência do professor.

Agora, passando a ser um Componente Curricular, a Educação Patrimonial passa a ser ofertada aos estudantes dos Anos iniciais, em um período por semana, por meio de ações educativas de apropriação, preservação e valorização do Patrimônio Cultural, através de progressão espiral, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017) sugere. Essa é uma estratégia pedagógica que propõe que o objeto de conhecimento seja revisitado pelo estudante ao longo de sua vida escolar, trabalhando com diferentes níveis de complexidade e, conseqüentemente, estimulando o aprofundamento do conhecimento a cada ano.

A Secretaria Municipal de Educação, mantenedora e coordenadora das ações nas Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, será a responsável pela implantação, orientação e formação de professores, incentivando o desenvolvimento de pesquisas e o trabalho, promovendo assim, aos estudantes, a produção de novos conhecimentos sobre a dinâmica cultural e seus resultados, incorporando-os às ações de identificação, proteção e valorização do Patrimônio Cultural no nível das comunidades locais e das instituições envolvidas.

O produto seguiu os princípios da BNCC (2017), a qual estruturou o Ensino Fundamental por meio de cinco áreas do conhecimento, definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais; nove componentes curriculares obrigatórios nas áreas do conhecimento com competências específicas para cada componente; unidades temáticas que definem o arranjo dos objetos do conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes Componentes Curriculares e os objetos de conhecimento que referem-se a conteúdos e às habilidades que expressam as aprendizagens essenciais relativas aos objetos de conhecimento que devem ser asseguradas aos estudantes nos diferentes contextos escolares.

Sendo assim, o produto trouxe mudanças que ocorreram na grade – Matriz Curricular e nos Planos de Estudos do Ensino Fundamental Anos iniciais, proporcionando a identificação e visibilidade da Educação Patrimonial. O quadro 1 mostra com clareza a inserção da Educação Patrimonial na Matriz Curricular no Ensino Fundamental - Anos iniciais, do Município de Restinga Sêca.

Os Planos de Estudos foram elaborados seguindo a estrutura da BNCC, que trouxe

códigos alfanuméricos⁸ (exemplo: EF04EP10RS-1RS-1) para demarcar cada objetivo de aprendizagem e habilidade. Para os novos objetivos de aprendizagem e habilidades criados pelo Estado e Município foi garantido a padronização da estrutura da Base, que seguiram o seguinte critério: o primeiro e o segundo par de letras do código e o primeiro par de números, ambos lidos da esquerda para direita, permanecem com o mesmo critério da BNCC, destacando que são específicos do Currículo de Restinga Sêca.

Quadro 1 - Matriz Curricular do Ensino Fundamental - anos iniciais

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODOS SEMANAIS				
		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
LINGUAGEM	Arte	2	2	2	2	2
	Educação Física	2	2	2	2	2
	Língua Portuguesa	5	5	5	5	5
MATEMÁTICA	Matemática	4	4	4	4	4
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia	2	2	2	2	2
	História	1	1	1	1	1
	Educação Patrimonial	1	1	1	1	1
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências da Natureza	2	2	2	2	2
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso/ Relações Humanas	1	1	1	1	1
TOTAIS DE CARGA HORÁRIAS	Semanal	20	20	20	20	20
	Anual	800	800	800	800	800

Fonte: Elaborado por Raquel Ramos (2021).

⁸ Códigos alfanuméricos, primeiro par de letras identifica a etapa de ensino; primeiro par de números indica o ano a que se refere a habilidade; o segundo par de letras indica o componente curricular; o segundo par de números indica a posição da habilidade na numeração sequencial do ano ou bloco de anos na BNCC; o terceiro par de letras indica as habilidades criadas pelo Estado; o terceiro número indica a posição da habilidade na numeração sequencial do ano ou bloco de anos no Referencial Curricular Gaúcho (RCG); o quarto par de letras indica as habilidades criadas pelo Município e o quarto número indica a posição da habilidade na numeração sequencial do ano ou bloco de anos no DOTRS.

(continua)

PLANO DE ESTUDOS
CIÊNCIAS HUMANAS
HISTÓRIA
1º ANO

1º - 2º TRIMESTRE		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente e futuro) As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade	(EF01HI01) Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade. (EF01HI02) Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade. (EF01HI03) Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade.
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade. A vida em família: diferentes configurações e vínculos	(EF01HI06) Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços. (EF01HI07) Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar. (EF01HI05) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras atuais e de outras épocas e lugares.
3º TRIMESTRE		
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A escola, sua representação espacial, sua história e seu papel na comunidade	(EF01HI08) Reconhecer o significado das comemorações e festas escolares, diferenciando-as das datas festivas comemoradas no âmbito familiar ou da comunidade.

PLANO DE ESTUDOS CIÊNCIAS HUMANAS EDUCAÇÃO PATRIMONIAL 1º ANO
--

1º - 2º TRIMESTRE		HABILIDADES
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente e futuro) As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade	(EF01EP01RS-1) Conhecer a história de sua família e de sua comunidade, reconhecendo sentimentos e aprendendo a lidar com eles. (EF01EP02RS-1) Reconhecer as conexões entre suas lembranças pessoais e as de sua família e sua comunidade, entre o Eu e o Outro. (EF01EP02RS-2) Buscar, relacionar e associar histórias de si mesmo e das demais pessoas, como os membros de vários grupos de convívio. (EF01EP03RS-1) Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade, identificando o espaço em que vive, referente à cultura local e regional. (EF01EP04RS-1) Identificar e respeitar a diversidade social e cultural dos seres humanos, percebendo as diferenças e integrando-se ao meio social.
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A vida em família: diferentes configurações e vínculos	(EF01EP06RS-1) Diferenciar espaços públicos e privados, comparando a ação das pessoas em lugares, como a escola e a sua casa. (EF01EP07RS-1) Valorizar o papel de cada indivíduo no grupo e respeitar as diversas formas de organização e constituição familiar. (EF01EP05RS-1) Reconhecer e valorizar a memória material e imaterial.
3º TRIMESTRE		
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A vida em casa, a vida na escola e formas de representação social e espacial: os jogos e brincadeiras como forma de interação social e espacial. A escola, sua representação espacial, sua história e seu papel na comunidade	(EF01EP08RS-1) Tradições expressas na Cultura rio-grandense.

(continuação)

**PLANO DE ESTUDOS
CIÊNCIAS HUMANAS
HISTÓRIA
2º ANO**

1º - 2º TRIMESTRE

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
A comunidade e seus registros	A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas A noção do “Eu” e do “Outro”: registros de experiências pessoais e da comunidade no tempo e no espaço Formas de registrar e narrar histórias (marcos memória materiais e imateriais) O tempo como medida	(EF02HI01) Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco. (EF02HI02) Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades. (EF02HI04) Selecionar e compreender o significado de objetos e documentos pessoais como fontes de memórias e histórias nos âmbitos pessoal, familiar, escolar e comunitário. (EF02HI05) Selecionar objetos e documentos pessoais e de grupos próximos ao seu convívio e compreender sua função, seu uso e seu significado. (EF02HI06) Identificar e organizar, temporalmente, fatos da vida cotidiana, usando noções relacionadas ao tempo (antes, durante, ao mesmo tempo e depois). (EF02HI07) Identificar e utilizar diferentes marcadores do tempo presentes na comunidade, como relógio e calendário. (EF02HI08) Compilar histórias da família e/ou da comunidade registradas em diferentes fontes. (EF02HI09) Identificar objetos e documentos pessoais que remetem à própria experiência no âmbito da família e/ou da comunidade, discutindo as razões pelas quais alguns objetos são preservados e outros são descartados.
3º TRIMESTRE		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
As formas de registrar as experiências da comunidade	A sobrevivência e a relação com a natureza	(EF02HI10) Identificar diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive, seus significados, suas especificidades e importância. (EF02HI10RS-1) Compreender a importância das relações de trabalho no

PLANO DE ESTUDOS CIÊNCIAS HUMANAS EDUCAÇÃO PATRIMONIAL 2º ANO		
1º - 2º TRIMESTRE		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
A comunidade e seus registros	<p>A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas</p> <p>A noção do “Eu” e do “Outro”: registros de experiências pessoais e da comunidade no tempo e no espaço</p> <p>Formas de registrar e narrar histórias (marcos memória materiais e imateriais)</p>	<p>(EF02EP03) Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória.</p> <p>(EF02EP03RS-1) Reconhecer as permanências e as mudanças ocorridas nos vários aspectos da vida em sociedade, partindo da sua vivência.</p> <p>(EF02EP04RS-1) Perceber a passagem do tempo comparando objetos antigos e contemporâneos.</p> <p>(EF02EP04RS-2) Demonstrar atitudes de cuidado e de preservação do patrimônio material e imaterial como fonte de memória e história.</p> <p>(EF02EP05RS-1) Valorizar histórias que estão presentes na narrativa oral e memorial, existentes na família e comunidade.</p> <p>(EF02EP05RS-2) Compreender o ser humano como fonte de conhecimento e saberes.</p>
As formas de registrar as experiências da comunidade	<p>As fontes: relatos orais, objetos, imagens (pinturas, fotografias, vídeos), músicas, escrita, tecnologias digitais de informação e comunicação e inscrições nas paredes, ruas e espaços sociais</p>	<p>(EF02EP09RS-1) Identificar diferentes tipos de registros pessoais e familiares para formular e expressar uma sequência narrativa a respeito de sua história e da sua comunidade.</p> <p>EF02EP09RS-1-RS-1) Conhecer a sua história e da comunidade de Restinga Sêca, a partir de diferentes fontes históricas (orais, visuais ou escritas). Com a realização de representações visuais.</p>
3º TRIMESTRE		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
As formas de registrar as experiências da comunidade	A sobrevivência e a relação com a natureza	(EF02EPIIRS-2) Conhecer as formas de trabalho de comunidades tradicionais gaúchas e a inter-relação com a preservação cultural.

(continuação)

PLANO DE ESTUDOS
CIÊNCIAS HUMANAS
HISTÓRIA
3º ANO

1º - 2º TRIMESTRE

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	O "Eu", o "Outro" e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.	<p>(EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc.</p> <p>(EF03HI01RS-1) Identificar as contribuições dos distintos grupos sociais na construção da comunidade local, em diferentes tempos e espaços.</p> <p>(EF03HI01RS-2) Reconhecer a história e a importância dos povos nativos, imigrantes, emigrantes que formaram sua cidade.</p> <p>(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.</p> <p>(EF03HI03RS-1) Conhecer a contribuição das diferentes etnias que constituíram a formação sócio espacial do Rio Grande do Sul.</p> <p>(EF03HI03RS-2) Observar criticamente se há algum tipo de discriminação ou racismo em sua comunidade, auxiliando para difundir uma cultura de inclusão social e de respeito às diversidades étnicas e culturais.</p> <p>(EF03HI03RS-1-RS-1) Reconhecer os diferentes grupos étnicos responsáveis pela formação do município de Restinga Sêca, observando se ocorre algum tipo de discriminação ou racismo em sua comunidade.</p> <p>(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.</p>
	Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive	

O lugar em que vive	A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)	(EF03HI05RS-3) Classificar os principais aspectos da história e cultura gaúcha. (EF03HI05RS-4) Identificar os povos indígenas que habitavam o sul do país anterior à chegada dos Portugueses e à ocupação Jesuítica. (EF03HI05RS-5) Conhecer os principais aspectos da Revolução Farroupilha. (EF03HI05RS-5-RS-1) Identificar os principais aspectos da Revolução Farroupilha e sua influência histórica no município de Restinga Sêca. (EF03HI07) Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam.
	A produção dos marcos da memória: formação cultural da população	(EF03HI07RS-1) Observar semelhanças e diferenças entre localidades de diferentes formações étnicas e culturais, observando a arquitetura, a economia, a arte, a culinária, a indumentária, entre outros elementos significativos. (EF03HI08RS-2) Comparar diferenças e semelhanças entre o modo de vida urbano e o rural.
	A produção dos marcos da memória: a cidade e o campo, aproximações e diferenças	(EF03HI08RS-3) Valorizar o trabalho das pessoas que construíram a história da sua comunidade, bairro e/ou cidade, reconhecendo a importância dos mais diversos ofícios, profissões e funções públicas.
A noção de espaço público e privado	A cidade e suas atividades: trabalho, cultura e lazer	(EF03HI11) Identificar diferenças entre formas de trabalho realizadas na cidade e no campo, considerando também o uso da tecnologia nesses diferentes contextos. (EF03HI11RS-1) Perceber o quanto a chegada da tecnologia no campo transformou as atividades do cotidiano, oportunizando o acesso a outros conhecimentos e trazendo possibilidades de desenvolvimento.
3º TRIMESTRE		(EF03HI12) Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências. (EF03HI12RS-1) Valorizar o papel social e individual do trabalho, como meio de humanização e de construção da dignidade humana.
UNIDADE TEMÁTICA A noção de espaço público e privado	OBJETOS DE CONHECIMENTO A cidade, espaços públicos e privados e áreas de conservação ambiental	HABILIDADES (EF03HI09RS-2) Representar cartograficamente o lugar em que vive, sinalizando seus elementos significativos em termos geográficos (ambientais e culturais). (EF03HI09RS-3) Desenvolver conhecimentos sobre a organização política e social
		de um município (poderes do município e organizações da sociedade). (EF03HI09RS-1-RS-1) Identificar símbolos e serviços públicos e os poderes que compõe o município de Restinga Sêca.
		(EF03HI10) Identificar as diferenças entre o espaço doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental, compreendendo a importância dessa distinção.
		(EF03HI10RS-1) Diferenciar espaços públicos e privados de seu bairro e cidade, desenvolvendo sentimento de pertencimento e de cuidado para com eles.
		(EF03HI10RS-2) Identificar-se como sujeito individual e coletivo, por meio do desenvolvimento do conceito de cidadania

(continuação)

PLANO DE ESTUDOS
CIÊNCIAS HUMANAS
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
3º ANO

1º - 2º TRIMESTRE

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.	(EF03EP0IRS-3) Conhecer a história da cidade, sua vocação econômica, emancipação, locais de importância histórica, turística, cultural e natural. (EF03EP0IRS-3-RS-1) Conhecer a história do município de RestingaSéca, suas principais características econômicas, seus principais pontos turísticos, os primeiros moradores e grupos étnicos que formaram o município. Destacando a importância cultural do município de RestingaSéca. (EF03EP02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes natu-rezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive.
	Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive	(EF03EP04RS-1) Identificar aspectos do “Patrimônio Histórico”, dos lugares/coisas e as práticas culturais/costumes que os constituem em sua cidade.
O lugar em que vive	A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)	(EF03EP05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados. (EF03EP05RS-1) Identificar e reconhecer dados sobre a história da localidade (escola, bairro e/ou município): origem do nome, data de criação, localização geográfica, etc.). (EF03EP05RS-1-RS-1) Conhecer dados referentes a história do município de Restinga Séca: origem do seu nome, ano de emancipação, principais fundadores, características econômicas. (EF03EP05RS-2) Reconhecer, registrar e valorizar o patrimônio histórico de seu município. (EF03EP05RS-2-RS-1) Reconhecer e valorizar o patrimônio histórico relacionado a história da ferrovia no município de Restinga Séca.

(continuação)

**PLANO DE ESTUDOS
CIÊNCIAS HUMANAS
HISTÓRIA
4º ANO**

1º - 2º TRIMESTRE

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos	A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, navegações, indústria, entre outras.	(EF04HI01) Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo. (EF04HI01RS-1) Reconhecer a divisão da história nos tempos cronológicos, observando de forma mais geral suas mudanças e permanências
	A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, navegações, indústria, entre outras	(EF04HI02) Identificar mudanças e permanências ao longo do tempo, discutindo os sentidos dos grandes marcos da história da humanidade (nomadismo, desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, criação da indústria etc.). (EF04HI02RS-1) Reconhecer que a trajetória dos grupos humanos, ao longo do tempo, está marcada por grandes mudanças (domínio do fogo, produção de ferramentas, surgimento das primeiras cidades). (EF04HI02RS-2) Reconhecer o papel e a importância da invenção da escrita para o desenvolvimento da humanidade. (EF04HI02RS-3) Relacionar os tempos locais com os marcos da história da humanidade.
Circulação de pessoas, produtos, culturas	A circulação de pessoas e as transformações no meio natural.	(EF04HI04) Identificar as relações entre os indivíduos e a natureza e discutir o significado do nomadismo e da fixação das primeiras comunidades humanas. (EF04HI04RS-1) Reconhecer o modo de vida nômade e as mudanças ocorridas após a revolução neolítica.
	As rotas terrestres, fluviais e marítimas e seus impactos para a formação de cidades e as transformações do meio natural	(EF04HI07) Identificar e descrever a importância dos caminhos terrestres, fluviais e marítimos para a dinâmica da vida comercial. (EF04HI07RS-1) Identificar e descrever como os produtos circulavam e circulam e seu impacto na formação das primeiras cidades e na vida atual dos centros urbanos. (EF04HI07RS-2) Observar em sua cidade e em seu bairro a localização dos

	<p>O surgimento da espécie humana no continente africano e sua expansão pelo mundo.</p>	<p>pontos comerciais, percebendo a importância de sua localização no território diante do êxito de sua atividade econômica. (EF04HI07RS-3) Identificar as diferentes formas de circulação de mercadorias e de pessoas (transporte terrestre, fluvial, marítimo e aéreo). (EF04HI09) Identificar as motivações dos processos migratórios em diferentes tempos e espaços e avaliar o papel desempenhado pela migração nas regiões de destino. (EF04HI09RS-1) Entender que os deslocamentos são inerentes à história da humanidade, compreendo a constituição étnica do Rio Grande do Sul. (EF04HI09RS-3) Conhecer as teorias a respeito do povoamento da América (Estreito de Bering, ilhas do Oceano Pacífico etc.) em diferentes levas migratórias e períodos históricos, desde a chegada dos seres humanos no sul do continente, após a Era Glacial mais recente. (EF04HI09RS-4) Diferenciar migração voluntária de migração forçada.</p>
<p>3º TRIMESTRE UNIDADE TEMÁTICA</p>	<p>OBJETOS DE CONHECIMENTO Os processos migratórios para a formação do Brasil: os grupos indígenas, a presença portuguesa e a diáspora forçada dos africanos Os processos migratórios do final do século XIX e início do século XX no Brasil As dinâmicas internas de migração no Brasil a partir dos anos 1960.</p>	<p>HABILIDADES (EF04HI10) Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. (EF04HI10RS-1) Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. (EF04HI10RS-2) Identificar as presenças portuguesa e espanhola nos processos de conquista, bem como as colonizações lagunista, açoriana, paulista, alemã, italiana e eslava e seus impactos para as sociedades indígenas (saúde, cultura, costumes, religião, etc.). (EF04HI10RS-3) Identificar a contribuição dos africanos para a formação da sociedade local, para a economia e a cultura do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI. (EF04HI10RS-4) Identificar diferentes fluxos populacionais, considerando a diversidade e a origem cultural dos imigrantes, indígenas e africanos, compreendendo suas contribuições para a formação da sociedade rio-grandense e também suas especificidades étnicas e culturais. (EF04HI10RS-5) Valorizar e destacar as contribuições dos povos indígenas (missões, pampa e planalto), povos europeus (imigrantes açorianos, alemães e italianos) e africanos e miscigenados no movimento de colonização do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente nos aspectos socioeconômicos, histórico e cultural, reconhecendo a multiplicidade étnica da sociedade.</p>
	<p>Os processos migratórios para a formação do Brasil: os grupos indígenas, a presença portuguesa e a diáspora forçada dos africanos Os processos migratórios do final do século XIX e início do século XX no Brasil as dinâmicas internas de migração no Brasil a partir dos anos 1960.</p>	<p>histórico e cultural, reconhecendo a multiplicidade étnica da sociedade. (EF04HI11) Analisar, na sociedade em que vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional).</p>

(continuação)

PLANO DE ESTUDOS CIÊNCIAS HUMANAS EDUCAÇÃO PATRIMONIAL 4º ANO		
Iº - 2º TRIMESTRE		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos	O passado e o presente: a noção de permanência e as lentas transformações sociais e culturais	(EF04EP03) Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente. (EF04EP03RS-1) Compreender que as mudanças ocorrem em ritmos diferentes, em épocas e contextos distintos.
	A circulação pessoas e transformações no meio natura	(EF04EP05) Relacionar os processos de ocupação do campo a intervenções na natureza, avaliando os resultados dessas intervenções. (EF04EP05RS-1) Identificar como os seres humanos se relacionavam e se relacionam com a natureza e compreender seu impacto sobre o meio ambiente. (EF04EP05RS-2) Conhecer a ação das distintas comunidades tradicionais que constituíram a formação do Rio Grande do Sul, tais como: indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de tropeiros, dentre outras, na preservação da natureza
	O mundo da tecnologia: a integração de pessoas e as exclusões sociais e culturais	(EF04EP08) Identificar as transformações ocorridas nos meios de comunicação (cultura oral, imprensa, rádio, televisão, cinema, internet e demais tecnologias digitais de informação e comunicação) e discutir seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (EF04EP08RS-1) Identificar as transformações ocorridas nos meios de comunicação e relacionar com o modo de vida em diferentes momentos históricos do passado distante e recente.

(continuação)

PLANO DE ESTUDOS
CIÊNCIAS HUMANAS
HISTÓRIA
5º ANO

1º - 2º TRIMESTRE		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados	(EF05HI01) Formação das culturas relacionando espaço geográfico. (EF05HI01RS-1) Reconhecer e analisar a história e a diversidade cultural dos povos indígenas que habitavam o território gaúcho anterior e contemporaneamente à colonização europeia. (EF05HI01RS-3) Conhecer as disputas dos territórios do Rio Grande do Sul entre portugueses e espanhóis e a luta dos povos indígenas em defesa das terras.
	As formas de organização social e política: a noção de Estado.	(EF05HI02) Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social. (EF05HI02RS-1) Compreender importância do desenvolvimento das formas de governo para a organização da sociedade, percebendo que a vida em sociedade exige regras de convivência, respeito à democracia e aos direitos humanos. (EF05HI02RS-2) Analisar o conceito de Estado, enquanto ente jurídico/abstrato da sociedade. (EF05HI02RS-3) Compreender a importância da política para a organização da sociedade, percebendo o valor da participação cidadã. (EF05HI02RS-4) Reconhecer papel dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na sociedade brasileira e identificar a sua influência no seu dia a dia. (EF05HI02RS-5) Esclarecer o que são impostos e tributos, discutindo sua importância para a organização sociedade, financiando os serviços públicos de qualidade. (EF05HI02RS-6) Compreender e discutir os problemas sociais que resultam da sonegação de impostos e da corrupção político/administrativa
	O papel das religiões e cultura para formação dos povos antigos	(EF05HI03RS-1) Compreender que a religião é a primeira forma de ciência e filosofia da humanidade. (EF05HI03) Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos.

(continuação)

	<p>(EF05HI03RS-2) Conhecer as diferentes formas de espiritualidade e de religiosidade dos povos indígenas (xamanismo), de matriz africana (candomblé, umbanda, batuque), de origem europeia (catolicismo, protestantismos, kerdicismo) ou orientais (islamismo, judaísmo, budismo, hinduísmo) como expressões da diversidade cultural humana.</p> <p>(EF05HI03RS-2) Valorizar o papel das mais diferentes manifestações religiosas na formação da identidade dos indivíduos, das coletividades e de seu sentido de vida.</p> <p>(EF05HI03RS-3) Conhecer e diferenciar os tipos de religiões: animistas, panteístas, politeístas, monoteístas etc..</p>
	<p>Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas.</p>
	<p>Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas</p>
Registros da história: linguagens e culturas	<p>(EF05HI05) Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.</p> <p>(EF05HI05RS-1) Compreender a relação entre direitos e deveres, bem como os limites entre liberdade e responsabilidade.</p> <p>(EF05HI06) Comparar o uso de diferentes linguagens os significados sociais, políticos e culturais atribuídos a elas.</p> <p>(EF05HI06RS-1) Conhecer e comparar as tecnologias de comunicação de outros tempos com as da atualidade.</p> <p>(EF05HI06RS-2) Observar o poder de difusão de informações e ideias por meio da mídia, percebendo o uso da propaganda e da publicidade como meio de formar opiniões e desejos.</p> <p>(EF05HI07) Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.</p> <p>(EF05HI07RS-1) Discutir a presença dos diferentes grupos que compõem a sociedade rio-grandense (europeus, indígenas e africanos), no que diz respeito à produção e à difusão da memória através da tradição oral.</p> <p>(EF05HI08) Identificar formas de marcação da passagem do tempo em distintas sociedades, incluindo os povos indígenas originários e os povos africanos.</p>
	<p>As tradições orais e a valorização da memória O surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes, culturas e histórias</p>
	<p>As tradições orais e a valorização da memória O surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes, culturas e histórias</p>
	<p>As tradições orais e a valorização da memória O surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes, culturas e histórias</p>

(continuação)

3º TRIMESTRE UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
	As tradições orais e a valorização da memória O surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes, culturas e histórias.	<p>(EF05HI09) Comparar pontos de vista sobre temas que impactam a vida cotidiana no tempo presente, por meio do acesso a diferentes fontes, incluindo orais.</p> <p>(EF05HI09RS-5) Discutir e problematizar sobre a importância da escrita como fonte e registro da história (fake news e cyberbullying).</p> <p>(EF05HI09RS-1) Analisar notícias do dia a dia pelo ponto de vista histórico, discutindo eventos do passado que contribuíram para a sua ocorrência.</p> <p>(EF05HI09RS-2) Compreender o fenômeno causafeito, observando atitudes de seu dia a dia e as consequências delas para a sua história individual e para o coletivo.</p> <p>(EF05HI09RS-3) Refletir criticamente sobre como tornar-se protagonista de sua própria história, assumindo um comportamento cidadão e proativo, cuidando de si mesmo, dos outros e do meio ambiente.</p> <p>(EF05HI09RS-4) Fortalecer o diálogo como forma de resolver conflitos.</p>

(conclusão)

PLANO DE ESTUDOS
CIÊNCIAS HUMANAS
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
5º ANO

1º - 2º TRIMESTRE

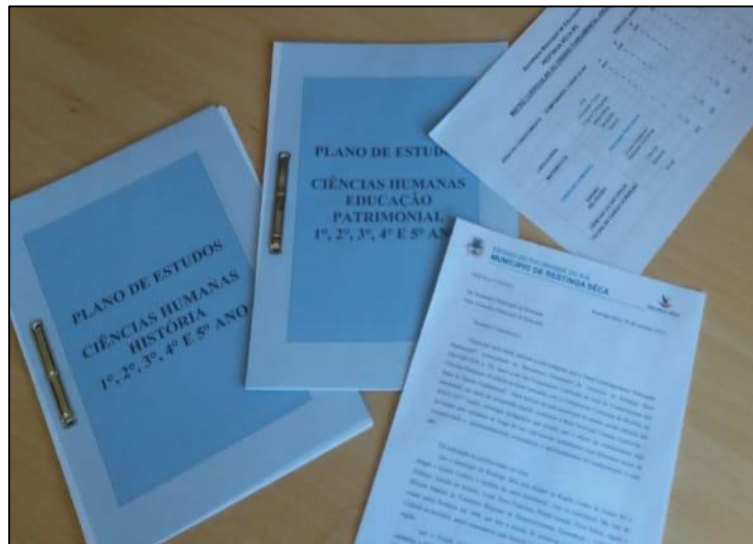
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados	(EF05EP01RS-2) Conhecer e analisar a influência dos diferentes povos que colonizaram as terras do Rio Grande do Sul, percebendo suas contribuições nas mais diversas esferas da vida e da cultura (arquitetura, arte, economia, religião, educação, tecnologia etc.).
	Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas.	(EF05EP04RS-2) Distinguir as diferenças e as similaridades que envolvem os sujeitos, valorizando os direitos humanos e o respeito à diversidade. (EF05EP04RS-3) Compreender que a cidadania é a condição de quem vive em sociedade como participante dela, por isso tem <u>direitos</u> e deveres.
	Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e <u>históricas</u>	(EF05EP05RS-2) Identificar que a cidadania é a soma de conquistas cotidianas, na forma da lei, de reparações a injustiças sociais, civis e políticas (conquista do voto feminino, lei que criminaliza preconceito de raça e de cor, Lei Maria da Penha, entre outras).
Registros da história: linguagens e culturas	As tradições orais e a valorização da memória O surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes, culturas e <u>histórias</u> As tradições orais e a valorização da memória O surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes, culturas e <u>histórias</u>	(EF05EP06RS-2) Entender o papel da educação para a construção do pensamento crítico e autônomo. (EF05EP07RS-2) Perceber que os <u>marcos</u> e registros da história foram produzidos e difundidos por um grupo social dominante e que, por isso, podem ser ou não representativos de todos os grupos que compõem a sociedade. (EF05EP07RS-3) Perceber que a escrita (ou o documento escrito) não é a única fonte da História, e a reconstrução do passado dos diversos grupos que compõem a sociedade pode ser feita por meio de outros tipos de fontes, como relatos orais, lendas, rituais, formas de saber e fazer, objetos, fotos e construções.
	As tradições orais e a valorização da memória O surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes,	(EF05EP08RS-1) Conhecer e transcrever os conceitos de tempo. (EF05EP08RS-2) Compreender a marcação do tempo como anterior à invenção do relógio e dos calendários, e que todos os grupos humanos criaram uma forma

Como incentivo aos professores, a presente Dissertação trouxe um material didático (Apêndice A), elaborado próprio para as crianças que não decodificam a escrita, essa é uma sugestão que auxilia no trabalho da História Local com os anos iniciais - Ensino Fundamental.

As próximas imagens mostram os passos que o produto passou para se tornar Componente Curricular.

Abaixo, mostra-se a imagem dos documentos elaborados para consolidação do produto – Matriz Curricular do Ensino Fundamental - anos iniciais, Planos de Estudos da Área das Ciências Humanas – História e Educação Patrimonial.

Figura 22 – Documentos elaborados para consolidação do produto



Fonte: Raquel Ramos (outubro/2021).

Estes documentos, que visam a contemplação da proposta do produto da dissertação, que é a implementação da Educação Patrimonial como Componente Curricular no Ensino Fundamental – anos iniciais de Restinga Sêca, foram apresentados em reunião para a equipe da Secretaria Municipal de Educação, em 28/10/2021, pela mestrandia Raquel Ramos Cassol.

Figura 23 (A, B e C) – Reunião da Equipe da Secretaria Municipal de Educação de Restinga Sêca, para apresentação do produto que propõe alterações curriculares nos anos iniciais



Fonte: Raquel Ramos (outubro/2021).

As próximas figuras evidenciam o Colegiado do Conselho Municipal de Educação, reunido no dia 03 de novembro de 2021, quando saiu a aprovação da proposta do produto, decretando, diante da expedição de Resolução CME 02/2021 (Anexo A), que fica instituído na rede municipal de ensino de Restinga Sêca/RS a Educação Patrimonial como Componente Curricular da Área das Ciências Humanas no Ensino Fundamental – anos iniciais.

Figuras 24 (A, B e C) – Reunião de Colegiado do Conselho Municipal de Educação quando da aprovação do Documento que institui Educação Patrimonial como Componente Curricular no Ensino Fundamental – anos iniciais de Restinga Sêca



Fonte: Raquel Ramos (outubro/2021)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande contribuição desta pesquisa foi a possibilidade da inserção da Educação Patrimonial no âmbito escolar de uma forma que o Patrimônio Cultural do município de Restinga Sêca/RS e da região possa ter significado, visibilidade, reconhecimento e valorização, desde a tenra infância.

Acredita-se que este estudo seja de grande valia para aqueles que veem na Educação Patrimonial um recurso didático importante para as escolas e também para toda a comunidade, no sentido de compreender os elementos básicos da construção do conhecimento em relação à educação para o patrimônio. Pode-se também inferir que este trabalho aponta a direção de uma pedagogia capaz de utilizar o Patrimônio Cultural local como referência principal da educação patrimonial, levando em conta as características da comunidade e também as vivências do estudante.

O produto proposto neste trabalho de pesquisa foi consolidado e está servindo de modelo para os demais municípios da Quarta Colônia, tendo em vista que para o CONDESUS e o GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, é de suma importância a Educação Patrimonial estar inserida no contexto escolar como componente curricular em todos os municípios. Dos nove municípios, apenas São João do Polêsine, na construção do seu Documento de Território, em 2019, contemplou a Educação Patrimonial como componente curricular nos anos iniciais e, recentemente, de uma forma diferente de Restinga Sêca, Nova Palma, por meio da Lei nº 1.881, de 29 de setembro de 2021, incluiu a Educação Patrimonial no Currículo Escolar e nas aulas ministradas nas escolas públicas da rede de ensino no município.

Como Componente Curricular, a Educação Patrimonial não será deixada de lado, ela terá a mesma importância que os conhecimentos de outras áreas (Português e Matemática), embora saiba-se que esse tema contemporâneo sempre foi trabalhado, articulado por meio de questões sociais, culturais e de formação para a cidadania, porém, muitas vezes, não foi reconhecido como um trabalho de Educação Patrimonial.

A escola tem um papel importante no processo de reconhecimento do Patrimônio Cultural, uma vez que, depois da família, é ela quem favorece o desenvolvimento do espírito da cidadania, capaz de desencadear uma relação de pertencimento com a cultura local.

A Educação Patrimonial é objeto de reflexão relevante no processo educacional porque a escola é o lugar onde estão os atores necessários para efetivar este estudo. Aos professores cabe ser agentes do conhecimento e levar os alunos a compreenderem que o

patrimônio é tudo que o identifica enquanto pessoa que faz parte de uma coletividade.

A Educação Patrimonial deve ser desenvolvida com o intuito de fazer com que os estudantes e a comunidade no entorno da escola reflitam sobre o seu patrimônio e suas contribuições para a melhoria da qualidade de vida, entendendo que a comunidade é responsável pelos seus valores culturais, construídos de geração em geração.

A comunidade de Restinga Sêca/RS é formada por várias culturas, crenças, mitos, valores, festas populares, alimentação, entre outros. Possui uma diversidade étnica, com descendentes africanos, italianos e alemães, contemplando uma variedade cultural distinta. Essa realidade é de extrema importância e deve ser abordada em sala de aula, pois os estudantes devem ter conhecimento aprofundado sobre sua origem e os tipos de manifestações culturais.

Esse Componente Curricular irá possibilitar ao professor trabalhar diferentes formas de se relacionar com o mundo cultural e, portanto, com os intercâmbios culturais em nível local, regional e nacional. Preservar significa também, legitimar o patrimônio cultural enquanto signo identitário de caráter material ou imaterial que, em última análise, fazem com que os saberes, fazeres e espaços culturais possam também serem reconhecidos através do currículo, nas atividades e eventos promovidos pela escola, por meio da Educação Patrimonial, na qual também se inicia o processo de educação histórica.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar a discussão sobre a questão do patrimônio na escola, mas sim, destacar alguns elementos da história de Restinga Sêca/RS que possam contribuir para o processo de construção do conhecimento e ensino-aprendizagem. Trabalhar Patrimônio Cultural na escola significa ampliar a compreensão de valores da coletividade, pois não se reduz a levar os estudantes a visitar edificações, pontos turísticos e monumentos históricos, mas a observar o contexto cultural do cotidiano dos alunos, as memórias e as tradições.

Por fim, a Educação Patrimonial como prática educativa se utiliza de diferentes metodologias para conhecer os bens patrimoniais. Ela é uma ferramenta de trabalho que possibilita o envolvimento dos educadores, educandos e comunidades com a questão do patrimônio histórico e cultural e pode ser usada como forma de despertar o interesse pela educação no espaço escolar.

Neste sentido, o produto, a Educação Patrimonial como Componente Curricular, vem ao encontro das políticas educacionais, pois visa contribuir no contexto escolar; colaborar para seu aprofundamento no âmbito educativo e abrir um caminho para a educação crítica e emancipadora, como um espaço para discutir a questão do Patrimônio Cultural, estimulando o

estudante para que tenha um olhar crítico e para que se perceba como alguém que também participa da construção sociocultural da sua cidade, sendo estes fatores importantes para a formação integral do estudante.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Ana Carmem; CASCO, Jara. Educação Patrimonial e Sociedade. Patrimônio. **Revista Eletrônica do IPHAN**, n. 03, Jan./ Fev. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- ARROYO, Michele Abreu. Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? **Revista Outro Olhar**, Belo Horizonte, ano IV, n. 4, out. 2005.
- BARCELOS FILHO, João Rodrigues; FRANCESCHI, Evaldo de. **Maioridade de Restinga Sêca**. Organizações Publicitárias Ltda - OPAL, 1977.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 168.
- BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. 2011. 97 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2011.
- BORBA, João Almedorindo Teixeira de; SANGOI, Rosa Maria O. **Subsídio sobre o município de Restinga Sêca**. Restinga Sêca: SMECD, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 3.730, de 25 de março de 1959**. Emancipação do Município de Restinga Sêca. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1. Brasília, DF, n. 22, 25 mar. 1959.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa do Senado, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: DF, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
- CAVALCANTI, Flavio. **Estação de Restinga Sêca em 1926** [1926]. Disponível em: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/o-municipio/a-estacao-ferroviaria>. Acesso em 18 jul. 2021.
- CENTRO-OESTE BRASIL FERROVIAS, Estações Ferroviárias do Brasil. **Mapa**

Ferroviário do RS, 1898. 1954. Disponível em:
<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1898redeGaucha.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CENTRO-OESTE BRASIL FERROVIAS., Estações Ferroviárias do Brasil. **Mapa Ferroviário do RS 1940.** Disponível em:
http://www.estacoesferroviarias.com.br/index_rs.htm. Acesso em 18 jul. 2021.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA. **Inventário do Patrimônio Histórico Cultural da Quarta Colônia.** Santa Maria: UFSM, 2009.

FERMIANO, Maria Belintane; SANTOS, Adriane Santarosa. **Ensino de história para o Fundamental 1: teoria e prática.** São Paulo: Contexto, 2014.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil.** 2014. 100 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FRIEDMANN, A. **O brincar na Educação Infantil: observação, adequação e inclusão.** São Paulo: Moderna, 2012.

FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO. **Estação Férrea de Restinga Sêca.** 1940. Disponível em:
<https://artsandculture.google.com/asset/restinga-seca-railway-station-rs/zAERcAvE5ChO1g?hl=pt-br>. Acesso em 18 jul. 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Situação mundial da infância - 2003.** Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da Educação Patrimonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SEPLAG/DEPLAN. **Divisão Municipal do RS,** 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Educação Patrimonial: Programa Mais Educação/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, DF: IPHAN/SEB/MEC, 2012.

ITAQUI, J. (org.) **Quarta Colônia: inventários técnicos.** Santa Maria: CONDESUS, 2002.

JORNAL INTEGRAÇÃO REGIONAL. **Inauguração da Estação de Restinga Sêca em 1926.** 2009.

LOCALIZAÇÃO DE RESTINGA SÊCA. Disponível em: <http://www.>

Image:RioGrandedoSulMesoMicroMunicip.svg,ownwork. Acesso em: 18 jul. 2021.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas escolas:** aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. [s.d.]. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

MOREIRA, Marco Antonio. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa.** São Paulo: Centauro, 2010.

MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA **Documento Orientador do Território de Restinga Sêca.** Restinga Sêca, RS, 2001.

OLIVEIRA, Lacy Cabral. **Evolução histórica, política e administrativa do município de Restinga Sêca.** Restinga Sêca: Edição própria, 1983.

OLIVEIRA, Lacy Cabral. **Origem e história política-administrativa do município.** Restinga Sêca: Edição própria, 2001.

ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial:** conhecer para preservar. [s.d.]. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ORIÁ, Ricardo. Memórias e ensino de história. *In:* BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 128-48.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PIRES, Célia Maria C. **Currículo de Matemática:** da organização linear à ideia de rede. São Paulo: FTD, 2000.

PLOEG, J. D. **Labour, marquets, and agricultural production.** Boulder, EUA: Westview Press, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA. **Pontos turísticos.** [20--]. Disponível em: <https://www.restingaseca.rs.gov.br/turismo/pontos-turisticos>. Acesso em 18. jul. 2021.

RAMOS, Raquel; LIMA, Bruna; CHAVES, Thais. Restinga Seca. *In:* PADOIN; Maria Medianeira; OLIVEIRA, Aline; ALVES, Barbarah; BARBOSA, Igor. **Patrimônio histórico-cultural Geoparque da Quarta Colônia:** memória, educação e preservação. Santa Maria: UFSM/PRE, 2021. *E-Book*.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho:** Educação Infantil. v. 1. Secretaria de Estado da Educação: Porto Alegre, 2018.

ROCHA, Guido. **Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais.** Vol. 1. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

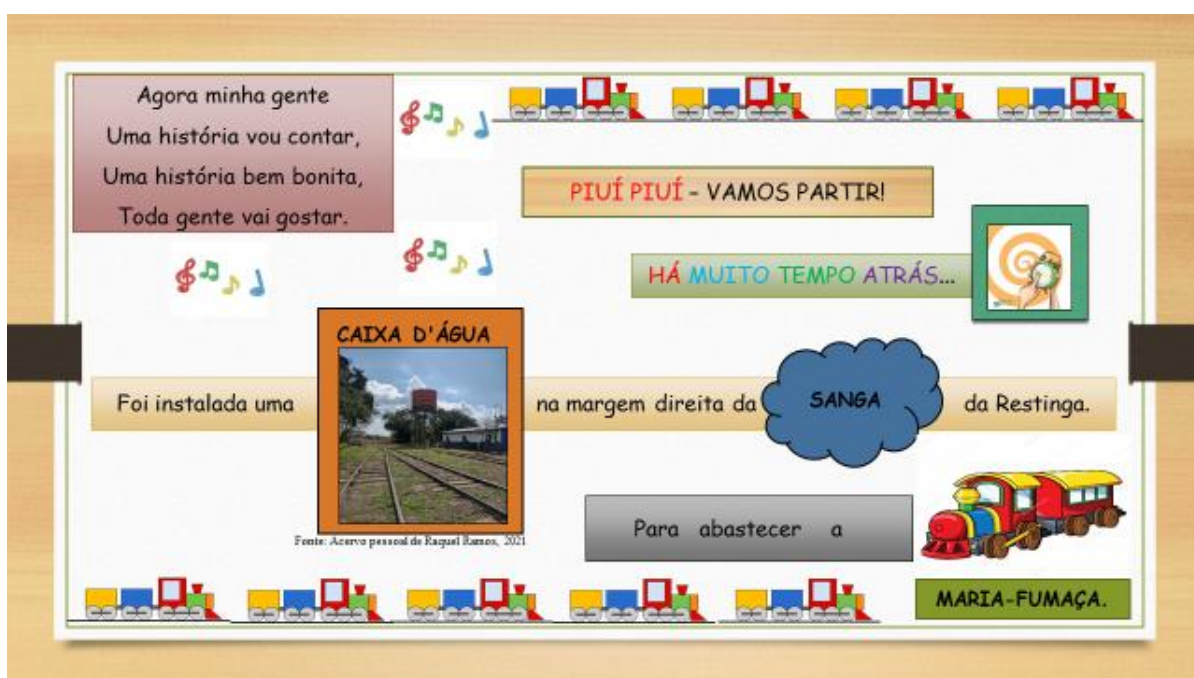
SINGER, Helena (org.). **Trilhas Educativas.** Coleção Tecnologias do Bairro-Escola, vol. 2. São Paulo: Cidade Escola Aprendiz, 2011.

VENDRUSCOLO, Rafaela. **“Somos da Quarta Colônia”:** os sentidos de uma identidade

territorial em construção. 2009. 209f. Orientador: José Marcos Froelich. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

APÊNDICE A - SUGESTÃO PARA AS ESCOLAS - CADERNO DIDÁTICO
MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA/RS



Naquele local, não se podia desembarcar mercadorias destinadas aos comerciantes da região...

Então, os produtos ficavam disponíveis nas estações ferroviárias de:

JACUÍ →  **ESTIVA** → 

OU 

ARROIO DO SÓ → 

Fonte: Acervo pessoal de Maria Luiza Corrêa

Fonte: Acervo pessoal de Thais Damasceno Chaves, 2020


Fonte: Acervo P. Nilton de Carvalho

PIUI PIUI



Foi então que o Sr. Domingos Gonçalves Mostardeiro chefiando uma comissão foi a Santa Maria, na Direção da Estação Férrea pedir a construção de uma Estação Férrea, junto a CAIXA D'ÁGUA

PIUI PIUI 



DOMINGOS GONÇALVES MOSTARDEIRO ANTONIA BECKER MOSTARDEIRO

Fonte: Acervo particular de Petronio Mostardeiro

PIUI PIUI 




PIUI
PIUI

ENTÃO, em 1898, a primeira ESTAÇÃO FÉRREA de Restinga Sêca foi construída!



Estação R.F.F.S.A. R. Sêca
Fonte: Acervo Documental Fundação Ibero Casargo, 1940

E foi assim que começou um núcleo de povoação chamado
CAIXA D'ÁGUA

PIUI PIUI









Com o tempo veio o nome **RESTINGA SÊCA**, nome atribuído devido a faixa de terras localizadas entre os rios Vacacai Grande e Vacacai Mirim que formam planícies pantanosas, com excessão de uma pequena porção onde, está situada o declive de uma pequena colina.



Fonte: Imagem de Restinga, 2013

E ASSIM O TEMPO FOI PASSANDO, PASSANDO

PIUI PIUI







PIUI PIUI



A cidade de Restinga Sêca
cresceu muito e está muito
linda, assim como a nossa
ESTAÇÃO FÉRREA, vejam
ela foi revitalizada em 2019.
VAMOS ATÉ LÁ!!!



PIUI PIUI



Fonte: Acervo pessoal Raquel Ramos – agosto 2020



PIUI PIUI

PIUI PIUI



PIUI PIUI



PIUI PIUI

Já dizia Don Serafim, essa história chegou ao fim.

PIUI PIUI



PIUI PIUI



PIUI PIUI

E agora minha gente
Que a história terminou
Batam palmas bem contente
Batam palmas quem gostou.

ANEXO A – RESOLUÇÃO CME Nº 02/2021

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

RUA MOISÉS CANTARELLI, 368 – FONE: (55) 3261-3200 – R: 244

CEP 97200-000 – RESTINGA SÊCA – RS

e-mail: cme@restingaseca.rs.gov.br**RESOLUÇÃO CME Nº. 02/2021**

Implanta, de forma gradativa, o componente curricular Educação Patrimonial no município de Restinga Sêca.

Aprovada em sessão de 24 de novembro de 2021.

A presidenta do Conselho Municipal de Educação de Restinga Sêca/RS, no uso das atribuições legais, embasando-se nas seguintes leis: a) criação do CME Nº 783/90, de 30/11/1990; alterada pela Lei nº 895/93 de 16/03/1993; b) Lei nº 1.440/2000 de 26/12/2000, que altera a Lei nº 783/90 e cria o Sistema Municipal de Ensino; c) Lei nº 1.775/2003 de 19/02/2003 que altera a redação dos artigos 2º e 11 da lei nº 1.440/2000 que versa sobre o CME; d) Lei nº 2.577/2009 de 31/12/2009, que dispõe sobre o CME e Lei nº 3.404/2018, de 13 de dezembro de 2018, que altera redação da Lei Municipal 2.577/2009; e) Lei 1416/2000, que cria o Sistema Municipal de Ensino de Restinga Sêca, e ainda: f) considerando o disposto no art. 3º, da LDB 9394/96, que embasa os princípios da Educação Nacional; g) no artigo 11, incisos III e IV; da mesma lei e ofício nº 171/2021 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar obrigatória a inclusão do componente curricular Educação Patrimonial, visando disseminar no ensino e aprendizagem do Sistema Municipal de Ensino, o conhecimento, valorização, evolução, implantação e implementação da cultura e do patrimônio.

§ 1º - Este componente objetiva capacitar estudantes/cidadãos para transformar, valorizar o patrimônio cultural, físico, ambiental e tecnológico, preservando e divulgando não somente no seu meio familiar, como na comunidade onde vive;

§ 2º - A Secretaria Municipal de Educação, mantenedora e coordenadora das ações nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, é responsável pela implantação, orientação e formação de professores, incentivando o desenvolvimento de pesquisas e o trabalho de acordo com a realidade e em consonância com a Base Nacional Comum Curricular- BNCC;

§ 3º - Toda a Rede Municipal de Ensino deve receber a formação necessária para trabalhar a cultura como patrimônio local/regional/nacional/mundial que deve ser cuidado, preservado e difundido.

§ 4º - Cabe à mantenedora delegar responsabilidades aos serviços de supervisão pedagógica das escolas que contam com o mesmo, responsabilizando-se pelas demais;

§ 5º - Também cabe à mantenedora criar condições financeiras, assim como prover as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a implantação e implementação do componente curricular.

Art 2º - As Escolas da Rede Municipal devem incluir na área de Ciências Humanas, do 1º ao 5º ano, o Componente Curricular Educação Patrimonial, a partir de 2022;

Art 3º - As habilidades, competências e matriz curricular deverão ser previstas em consonância com a BNCC - Base Nacional Comum Curricular e com o DOTRS – Documento Orientador do Território de Restinga Sêca, visando a promover a formação de estudantes cultos e atuantes.

Art 4º - Os anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano, têm o ano de 2022 para estudos e implementação do componente curricular que deverá ser implantado no ano subsequente (2023).

§ 1º - A estrutura, organização e funcionamento do componente curricular deverão ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação, até outubro do ano anterior (2022);

Art. 5º - A valorização do patrimônio cultural, importante em todos os tempos, intensificou-se numa iniciativa da Universidade Federal de Santa Maria que coordena e articula regionalmente o Projeto Geoparque. Na quarta Colônia o Projeto acontece em

convênio com o CONDESUS, ratificando assim, a importância de preservar a memória cultural e territorial.

§ 1º - O Condesus Quarta Colônia - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Quarta Colônia - foi criado em 1996, do qual fazem parte os municípios de Restinga Sêca, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsene e Silveira Martins.

Art. 6º - A presente Resolução vem ao encontro da consciência de que o progresso, a evolução sócio-político-econômica e cultural somente acontece se houver união de esforços para, de forma sustentável, gerar desenvolvimento e, ao mesmo tempo, colaborar para que a região, além de ser reconhecida como patrimônio Natural e Cultural, conquiste o selo de Geoparque Mundial da Unesco, uma vez que já é aspirante ao mesmo.

Art. 7º - Os Conselhos Escolares, de acordo com suas atribuições, finalidades e responsabilidades, devem tomar conhecimento e registrar em ata a sua anuência com o componente curricular Educação Patrimonial como parte integrante do currículo escolar.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Educação deve levar ao conhecimento dos Estabelecimentos de Ensino o conteúdo dessa Resolução, supervisionando e incentivando as escolas da Rede Municipal a desenvolverem atividades periódicas de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens do componente curricular de Educação Patrimonial;

§ 1º - Os resultados obtidos com as atividades mencionadas no caput deste artigo deverão ser comunicados ao Conselho Municipal de Educação e à Comunidade Escolar.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Restinga Sêca, 10 de novembro de 2001.

Aprovada pelo plenário, em sessão de 24 de novembro de 2021.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8505-0AF9-15D2-DE50

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ADRIANA MARIA SOARES CASSOL (CPF 474.XXX.XXX-20) em 29/11/2021 16:00:48 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://restingaseca.1doc.com.br/verificacao/8505-0AF9-15D2-DE50>

NUP: 23081.092145/2022-95

Prioridade: Normal

Ato de entrega de dissertação/tese

134.334 - Dissertação e tese

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
12	134.334 - Dissertação de mestrado	Dissertação PPGPC - Raquel Ramos Cassol.pdf

Assinaturas

06/09/2022 20:16:53

MARTA ROSA BORIN (Coordenador(a) de Curso)

06.10.22.00.0.0 - CURSO-PROGRAMA PG PROFISSIONALIZANTE EM PATRIMÔNIO CULTURAL - CPPPC



1960



1960

Código Verificador: 1799023

Código CRC: 232b77cc

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

